



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

JOSIEL MEDEIROS DE AQUINO

**AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
BOM LUGAR I NO MUNICÍPIO DE UPANEMA/RN: USO DO TERRITÓRIO,
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

MOSSORÓ-RN

2020

JOSIEL MEDEIROS DE AQUINO

**AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
BOM LUGAR I NO MUNICÍPIO DE UPANEMA/RN: USO DO TERRITÓRIO,
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José Erimar dos Santos

MOSSORÓ-RN

2020

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Aa Aquino, Josiel Medeiros de.
 AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO DE
 REFORMA AGRÁRIA BOM LUGAR I NO MUNICÍPIO DE
 UPANEMA/RN: USO DO TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO
 SUSTENTÁVEL E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO /
 Josiel Medeiros de Aquino. - 2020.
 84 f. : il.

 Orientador: José Erimar dos Santos.
 Monografia (graduação) - Universidade Federal
 Rural do Semi-Árido, Curso de Educação do Campo,
 2020.

 1. Agricultura familiar. 2. Assentamentos de
 Reforma Agrária. 3. Convivência com o semiárido.
 4. Bom Lugar I e Upanema/RN. I. Santos, José
 Erimar dos, orient. II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

JOSIEL MEDEIROS DE AQUINO

**AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
BOM LUGAR I NO MUNICÍPIO DE UPANEMA/RN: USO DO TERRITÓRIO,
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

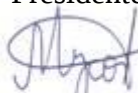
Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Defendida em: 10/07/2020.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Erimar dos Santos (UFERSA)
Presidente



Profª. Ms. Maria José Costa Fernandes (UERN)
Membro Examinadora



Prof. Dr. Luiz Gomes da Silva Filho (UFERSA)
Membro Examinador

Dedico este trabalho ao meu primo e mestre Ozivan Lopes que hoje encontra-se na Glória com Cristo. Seu exemplo de ser humano, acadêmico, profissional, sempre me motivou a superar os desafios e a alcançar novas conquistas (In Memoriam),

Ao pedagogo Cicero Gama, direciono minha gratidão pela força inspiradora sempre esteve transferindo,

Ao meu Amor Larisia Daniele, que envolveu-se constantemente ao meu lado, me ajudando ao longo dessa jornada.

A minha mãe Josefa Dantas, que acompanhou todos os momentos no tocante a realização de cada etapa vencida ao longo da graduação.

A meu pai Jose Lopes e aos meus irmãos, Júlio e Júnior, pelo incentivo na busca por dias melhores.

A Salomão Pereira, grande exemplo para minha vida.

A Erinaldo Silva e Ana, que sempre mencionou encaminhamentos com enfoque na obtenção de uma formação superior.

À minha família adotiva, Canindé, Eva, Daniel e Edson que estiveram me refugiando em sua casa ao longo de quase três anos. Sou eternamente grato.

São a todos vocês que direciono a dedicatória deste trabalho, pois me ajudaram de forma grandiosa ao longo desse percurso. Aos amigos e demais colegas que de forma direta ou indireta contribuíram para a concretude desse sonho, agradeço a todos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, **a Deus**, o dono da vida, o maestro que está na regência de todo o universo, o criador de todas as coisas. Te agradeço Deus. A ti, a minha eterna gratidão, pelo dom da vida e por tudo que tens feito, pois todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a ti. Sem a tua graça eu não teria alcançado as tuas bênçãos. Obrigado meu Deus, por proporcionar sabedoria, saúde, força e coragem sobre a minha vida, para vencer as adversidades. Obrigado por tua presença Senhor. Te amo Deus Meu.

Ao Meu Amor **Larisia Daniele**, que ao longo dessa jornada, estive constantemente me auxiliando nos mais diferentes aspectos. Costumo elencar, que as minhas conquistas são as nossas conquistas. Tudo que organizo hoje em relação a minha vida é pensando em nossa cumplicidade. Não posso esquecer das suas contribuições. Você é especial para mim. TE AMO.

À toda minha família, que estive ao longo desse trajeto, acompanhando as noites em claro, dentre as mais variadas situações ocorridas ao longo desse percurso. Obrigado pela confiança que vocês depositaram em mim. Recordo com clareza, quando minha mãe falava, que o sonho dela era ver um dos seus filhos na universidade. Ela mencionava que em alguns momentos, ao ouvir uma pessoa elencando que o filho entrou na universidade ela ficava triste por lembrar que até o momento não tinha nenhum filho inserido na universidade. No final de 2014, consegui proporcionar a realização desse sonho para ela. Te Amo Mãe.

Ao meu amigo **Salomão Pereira** que sempre estive me ajudando. Não poderia esquecer de você. Lembro perfeitamente da ajuda financeira que você direciona para colocar gasolina na minha moto, quando eu tinha que percorrer 18 quilômetros de estrada de barro, para chegar na cidade de Upanema/RN e pegar um ônibus com destino a cidade de Mossoró/RN.

A **Erinaldo** e **Ana**, sou grato pelos momentos de conversações, onde vocês direcionavam encaminhamentos para que eu pudesse sonhar e acreditar. Obrigado Erinaldo, por me apresentar a música, essa arte mudou a minha vida completamente. A música me ajudou a compreender a necessidade de estudar em algum momento durante o dia ou noite. Dessa forma, fui despertando o interesse pela música e graças ao estudo, passei a estudar outros conteúdos, e por consequente logo depois de alguns meses eu já estava consciente de que o estudo era o caminho para a obtenção e relação de sonhos e conquistas. Obrigado!

Ao professor Dr. **Luiz Gomes**, sou grato pelo conhecimento que adquiri ao longo dos momentos de diálogos dentro e fora da sala de aula. Sou extremamente grato. Com você meu amigo, foi possível compreender que os títulos obtidos ao longo da carreira acadêmica, não é

sinônimo de superioridade. A humildade deve ser nossa essência. Obrigado por seus ensinamentos e reflexões. Gratidão!

Ao meu orientador e amigo, Dr. **José Erimar dos Santos**, quero destacar o meu agradecimento, pela orientação da monografia. Obrigado por trilhar esse trajeto de pesquisa comigo. Menciono que a construção dos artigos e a produção acadêmica realizada no decorrer da minha graduação com você, foram de grande contribuição para a obtenção de conhecimentos que levarei por toda a minha vida. Quero que saiba que tenho grande consideração por você! Agradeço por todo incentivo e direcionamento acerca da carreira acadêmica. Levarei seus ensinamentos para sempre!

Aos professores do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo (LEDOC), os quais estiveram possibilitando novas reflexões e contribuições no processo formativo ao longo da graduação.

Dentro do espaço da universidade, foi possível conhecer Ramon, Jefferson, Pliego e Aldefran. Amigos que estiveram constantemente trocando experiências e propiciando bons momentos dentro da universidade.

Ao grupo de pesquisa, ***Observatório das Desigualdades Socioespaciais, Dinâmicas Territoriais e Usos do Território no Semiárido Brasileiro***, que proporcionou diversas contribuições no tocante a minha formação ao longo da graduação. Assim como, todos os colegas que fazem parte desse grupo de pesquisa.

Agradeço a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a concretização desse sonho. Muito Grato!

RESUMO

A agricultura familiar é considerada uma atividade em que os agricultores familiares realizam as atividades produtivas dentro da propriedade, em conjunto com os membros da própria família. Este trabalho objetiva realizar diagnóstico dessa atividade no Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I, localizado no município de Upanema/RN, identificando os desafios e possibilidades dos agricultores nessa atividade e as relações com o uso do território, desenvolvimento sustentável e a convivência com o semiárido. A realização da pesquisa se constituiu da seguinte forma: no primeiro momento, utilizamos a pesquisa bibliográfica, e no segundo, empregamos o instrumento de coleta de dados conhecido como entrevista semiestruturada, usado ao longo da pesquisa de campo. A agricultura familiar existente no Assentamento Bom Lugar I, expressa sua contribuição na produção dos alimentos, assim como um conjunto de elementos que são apresentados ao longo do trabalho explicitando a realidade encontrada acerca das condições socioespaciais dos agricultores e agricultoras inseridas na espacialidade geográfica do presente assentamento, destacando sua relevância para a permanência dos agricultores mediante a relação com o desenvolvimento sustentável e a convivência com o semiárido. Diante da pesquisa foi possível, ainda, identificar um conjunto de técnicas implementadas pelos agricultores familiares em relação ao armazenamento dos alimentos produzidos na agricultura familiar, que estão diretamente conectados com uma ligação ecológica entre o agricultor e o meio ambiente, tal como é percebido a necessidade de desenvolver, mecanismos que possibilitem uma melhor atuação dos agricultores com as noções de desenvolvimento sustentável, especificamente enquadradas dentro do processo produtivo dos alimentos desenvolvidos no referente assentamento. Bem como, a necessidade de implementar políticas públicas pautadas na assistência técnica, vinculada com o desenvolvimento sustentável e a convivência com o semiárido no fortalecimento da agricultura familiar.

Palavras-chaves: Agricultura familiar; Assentamentos de Reforma Agrária; Convivência com o semiárido; Bom Lugar I e Upanema/RN.

ABSTRACT

Family farming is considered an activity in which family farmers carry out productive activities within the ownership together with family members. This work aims to perform diagnosis of this activity in the Settlement of Agrarian Reform Bom Lugar I, located in the town of Upanema/RN, identifying the challenges and possibilities of farmers in this activity and the relations with sustainable development and coexistence with the semi-arid region. The research was carried out as follows: in the first moment, we used the bibliographic research and, in the second moment, we used the data collection instrument known as semi-structured interview, used throughout the field research. Family farming existing at Bom Lugar I Settlement, expresses its contribution to the production of food, as well as a set of elements that are presented throughout this work, explaining the reality found about the socio-spatial conditions of farmers inserted in the geographical space of the referred settlement, highlighting its relevance to the permanence of farmers through the relationship with sustainable development and living with the semiarid region. In view of the research, it was also possible to identify a set of techniques implemented by family farmers for the storage of food produced in family farming, which are directly connected with an ecological link between the farmer and the environment, as it is perceived the need to develop mechanisms that enable a better performance of farmers with the notions of sustainable development, specifically framed within the production process of the food developed in the referred settlement. As well as, the need to implement public policies based on technical assistance, linked to sustainable development and coexistence with the semiarid in strengthening of family farming.

Keywords: Family farming; Land Reform Settlements; Living with the semiarid; Bom Lugar I and Upanema/RN.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – POÇOS USADOS PARA O ABASTECIMENTO DE D'AGUA DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO BOM LUGAR I.....	42
Figura 2 – CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO D'AGUA DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO BOM LUGAR I.....	43
Figura 3 – ARMAZENAMENTO DE FEIJÃO COM A UTILIZAÇÃO DE GARRAFAS PET E GARRAFÕES DE ÁGUA MINERAL.....	48
Figura 4 – ESTOCAGEM DE ALIMENTO PRODUZIDO NA AGRICULTURA FAMILIAR: SILAGEM DA PALHA DE MILHO PARA OS ANIMAIS.....	49
Figura 5 – CISTERNA DESTINADA AO ARMAZENAMENTO DE ÁGUA PARA O CONSUMO DOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	50
Figura 6 – USO DO TERRITÓRIO PELA HABITAÇÃO.....	57
Figura 7 – USO DO TERRITÓRIO PELA PECUÁRIA.....	58
Figura 8 – USO DO TERRITÓRIO PELA APICULTURA.....	59
Figura 9 – USO DO TERRITÓRIO PELA AGRICULTURA.....	60
Figura 10 – FOSSA SÉPTICA USADA PARA DEPOSITAR OS RESÍDUOS LÍQUIDOS DA UNIDADE FAMILIAR.....	65

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – LOCALIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE UPANEMA/RN.....	18
Mapa 2 – EXPRESSÕES ESPACIAIS DOS UDOS DO TERRITÓRIO NO ASSENTAMENTO BOM LUGAR I, EM UPANEMA/RN.....	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – PONTOS POSITIVO IDENTIFICADO PELOS AGRICULTORES NA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS.....	44
Quadro 2 – PRÁTICA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO: UTILIZAÇÃO DE ÁGUA E ARMAZENAGEM DOS ALIMENTOS PRODUZIDOS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	47
Quadro 3 – VALORES REFERENTES AO ARRENDAMENTO DOS LOTES.....	61
Quadro 4 – DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E LÍQUIDOS DA UNIDADE FAMILIAR DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS.....	64
Quadro 5 – CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS ENCONTRADOS DENTRO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PRODUZIDOS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES.....	40
---	----

Tabela 2 – AQUISIÇÃO DAS SEMENTES PARA A REALIZAÇÃO DO PLANTIO NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	41
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BDTD	Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível superior
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CD	Censo Demográfico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
LEDOC	Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR.....	20
2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA.....	25
2.2 O USO DO TERRITÓRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	27
2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.....	31
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	34
3.1 LOCAL DA PESQUISA.....	34
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	34
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	35
3.4 COLETA DE DADOS.....	35
3.5 PESQUISA DE CAMPO.....	36
4. CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS E PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS.....	38
4.1 PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS NO ASSENTAMENTO BOM LUGAR I.....	40
5. PRÁTICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO PRESENTES NA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO BOM LUGAR I	47
6. O USO DO TERRITÓRIO E RECURSOS FINANCEIROS UTILIZADOS PELOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR.....	55
7. POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PRODUÇÃO FAMILIAR.....	63
8. CONCEPÇÕES ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO O	

ENTENDIMENTO DOS/AS ENTREVISTADOS/DAS.....	66
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICE.....	78
ANEXO.....	84

1. INTRODUÇÃO

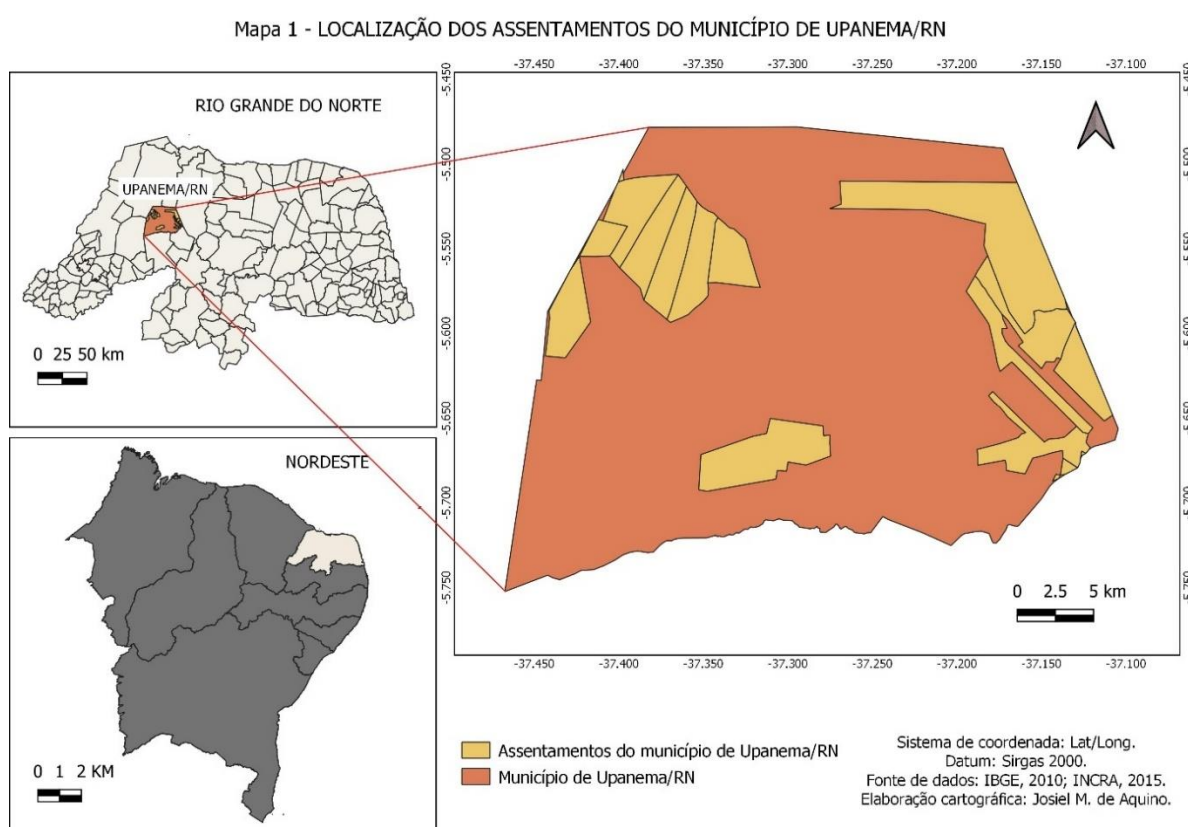
Este trabalho detém-se à agricultura familiar, mais especificamente na perspectiva de realizar um diagnóstico dessa atividade no Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I, identificando os desafios e possibilidades dos agricultores nessa atividade e as relações com o uso do território, desenvolvimento sustentável e a convivência com o semiárido.

Perguntamo-nos como a agricultura familiar existente no Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I contribui para a permanência dos agricultores e agricultoras naquele lugar e qual a sua relação com o Desenvolvimento Sustentável e a Convivência com o Semiárido?

Diante disso, somando-se a essa pretensão maior, segue-se as seguintes intenções específicas: a) conhecer as principais atividades produtivas realizadas pelos agricultores e agricultoras do Assentamento Bom Lugar I na agricultura familiar; b) compreender as práticas de convivência com o semiárido presentes na agricultura familiar; c) analisar como é realizado o uso do território e os recursos financeiros que os agricultores e agricultoras utilizam na agricultura familiar para garantir sua convivência com o semiárido, d) avaliar a sustentabilidade da agricultura familiar produzida no Assentamento, identificando as possibilidades e desafios relativos ao desenvolvimento sustentável na produção familiar.

O Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I, encontra-se localizado no município de Upanema/RN, precisamente acerca de 18 quilômetros ao lado leste da cidade de Upanema. Construído no ano 1997, o assentamento contém em sua extensão territorial um total de 103 beneficiários, que moram nesse local. O território upanemense abriga em seu espaço geográfico um quantitativo de 14 assentamentos, conforme consta as informações presentes na Plataforma Oficial do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2018).

A localização dos assentamentos existentes no município de Upanema, está exposto no **(Mapa 1)**, onde observar-se a presença de uma demarcação territorial inserida dentro da espacialidade geográfica do município pesquisado.



Fonte: IBGE(2010). **Elaboração cartográfica:** Josiel M. de Aquino, 2019.

O município possui uma população de 12.992 habitantes, sendo 6.298 residentes no espaço urbano e 6.694 no meio rural, segundo o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Será utilizado para alcançar o objetivo desse trabalho, algumas etapas metodológicas: 1) pesquisa bibliográfica acerca da agricultura familiar, buscando conhecer o que estar sendo produzido, por meio de: artigos; livros; revistas eletrônicas e dentre outras bibliografias; 2) será utilizado o instrumento de coleta dos dados primários, (a entrevista semiestruturada), onde seu princípio é partir do diálogo entre o pesquisador e o público alvo da pesquisa, tendo como intuito adquirir informações que possam colaborar na construção do trabalho.

Sendo, o Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I, um espaço utilizado pelos assentados para desenvolver atividades rurais e possibilitar a permanência no campo, os moradores dessa localidade utilizam da agricultura familiar como fonte específica para fomentar boa parte dos alimentos que são produzidos e consumidos pelas famílias desse lugar.

Atualmente, são desenvolvidos diversos estudos nos mais diferentes lugares, comprovando que esse tipo de agricultura possibilita empregabilidade e distribuição de renda, cooperando com o desenvolvimento local (COSTA, RIMKUS, REYDON, 2008).

Esse modo de produtividade proporciona uma contribuição significativa, sobretudo relacionada ao contexto local dos sujeitos que usam dessa prática. A utilização da agricultura familiar oportuniza novas formas de operar o espaço produtivo, sem comprometer o meio ambiente possibilitando, assim, um melhor uso do território para produção de alimentos.

É possível entender que a favor dessa forma de agricultura, contém diversos pontos positivos atrelados ao desenvolvimento ambiental. Segundo Costa, Rimkus e Reydon (2008) temos a garantia de grande parte das fontes de biodiversidade, segurança alimentar, conservação da paisagem, característica do território pelo qual está sendo usado, fortalecimento das relações dentro do âmbito familiar e o controle do êxodo rural, além de 70% da produção de alimentos no país ser produzida pela agricultura familiar (HOFFMANN, 2014), dentre outros.

Um outro fator de interesse em realizar esta pesquisa diz respeito ao fato do pesquisador ser filho de um agricultor e agricultora que viveu mais de quinze anos trabalhando com a agricultura familiar nesse local pesquisado.

A realização de novas análises sobre essa discussão nos permite compreender, ampliar os conhecimentos e construir novos saberes por meio das reflexões realizadas ao longo dessa pesquisa. Pretendemos contribuir através desse trabalho com os debates acerca da agricultura familiar, procurando proporcionar novas contribuições a respeito desse assunto.

O presente trabalho está composto por seis capítulos. No primeiro apresentamos três subcapítulos, abordando discussões acerca da agricultura familiar e assentamentos de reforma agrária, uso do território, desenvolvimento sustentável e convivência com o semiárido. O segundo aborda dois subcapítulos vinculados ao perfil dos entrevistados do Assentamento Bom Lugar I e as atividades produtivas.

O terceiro apresenta as práticas de convivência com o semiárido presente na agricultura familiar no Bom Lugar I. O quarto vai apresentar o uso do território e os recursos financeiros que são utilizados pelos agricultores e agricultoras na agricultura familiar. O quinto vai destacar as possibilidades e desafios da agricultura familiar relativos ao desenvolvimento sustentável. O sexto capítulo expõe análises referentes as concepções acerca da agricultura familiar segundo os entendimentos dos/as entrevistados/as. Em seguida, consta-se as considerações finais e as referências que subsidiaram a construção deste trabalho.

2. UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar tem-se constituído como uma modalidade de agricultura, a qual contempla grupos sociais, das unidades produtivas do meio rural. Os agricultores familiares, concentram a realização do seu trabalho em poucas hectares de terra, restringindo-se ao uso de poucos recursos naturais do meio ambiente, mantendo predominantemente a realização do trabalho familiar. Schneider (2016), vai destacar que a agricultura familiar está diretamente relacionada com o contexto latino-americano, onde ao longo dos anos, caminha com significativos avanços, em relação a superação da pobreza.

As abordagens acerca da agricultura familiar, presentes nos mais diferentes países, fomenta por sua vez as discussões sobre essa modalidade de produção. Neves (2007, p. 219), vai elencar que “logo na da década de 1990” estava ocorrendo no Brasil, pesquisas nos espaços das universidades acerca da agricultura familiar brasileira, em especial pelas professoras “Maria Helena Rocha Antuniassi e Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco [...] vinculadas ao departamento de Economia Rural da FCA/UNESP, Campus de Botucatu”.

De acordo com Neves (2007, p. 216-217) é possível evidenciar uma sequência de estudos realizados ao longo dos anos, sobre a agricultura familiar.

Entre os autores americanos cuja produção foi valorizada no campo editorial brasileiro, quero destacar a contribuição de Roger Burbach e Patricia Flynn, através de *Agribusiness in the Americas*, publicado pela Monthly Review Press, de Nova Iorque, EUA, em 1980, e traduzido no Brasil sob o título *Agroindústria nas Américas*, editado pela Zahar Editores, em 1982. Eles distinguem o *sistema de agricultura familiar* do *sistema de agricultura industrializada empresarial*, mediante as condições de uso da força de trabalho: familiar para o primeiro e assalariada para o segundo. Tendo em vista a questão por eles analisada (a ameaça de sobrevivência da *agricultura familiar* frente ao processo de industrialização na agricultura), os limites da reprodução do *sistema de agricultura familiar* são destacados não só nos Estados Unidos como em diversos outros países da América Latina.

A discussão com relação à agricultura familiar, vem ao longo dos anos possibilitando novas análises acerca dessa modalidade de produção familiar, nos mais diferentes espaços geográficos do Brasil e da América Latina como um todo.

Em resumo, no Brasil, o termo *agricultura familiar* corresponde então à convergência de esforços de certos intelectuais, políticos e sindicalistas articulados pelos dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, mediante apoio de instituições internacionais, mais especialmente a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e

Alimentação (FAO) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Consagra-se para dar visibilidade ao projeto de valorização de agricultores e trabalhadores rurais sob condições precárias de afiliação ao mercado e de reprodução social, diante de efeitos da interdependência entre agricultura e indústria e do processo de concentração da propriedade dos meios de produção no setor agropecuário. Nessa conjunção de investimentos políticos, os porta-vozes de tal projeto fizeram demonstrativamente reconhecer a racionalidade econômica e social da *pequena produção agrícola*; a capacidade adaptativa dos agentes produtivos a novas pautas éticas de conduta econômica. Os termos *agricultura familiar* e *agricultor familiar*, tornando-se apelações obrigatórias, passaram a integrar a organização de disciplinas e cursos oferecidos em universidades brasileiras, de instituições voltadas para atualização profissional, de temas de seminários e congressos, revistas e outras tantas formas de publicação (NEVES, 2007, p. 230).

Tendo em vista que a agricultura familiar é considerada uma das fontes produtivas vinculadas à realidade de vida dos homens e mulheres que desenvolvem atividades no campo (BRASIL, 2006), é identificado por consequente, uma modalidade de agricultura, vinculada à realidade de vida dos mais diferentes sujeitos do campo, a qual contém por sua vez, condições socioeconômicas e produtivas diversificadas.

De acordo com Schneider e Cassol (2013, p. 3),

A agricultura familiar representa o setor numericamente majoritário do agro brasileiro. Os dados do último no Censo Agropecuário do IBGE (levantados em 2007 tendo o ano base 2006) mostraram que o Brasil possuía em 2006 um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários dos quais 4.367.902 poderiam ser classificados como de agricultores familiares.

Segundo Caldart *et al*, (2012, p. 32),

Mesmo sendo a principal produtora de alimentos, a agricultura camponesa no país enfrentou, e enfrenta, desde o seu surgimento no período colonial até a época atual, os mais distintos tipos de empecilhos: dificuldades políticas do acesso à terra, várias formas de pressão e repressão para a sua subalternização às empresas capitalistas, exploração continuada da renda familiar por diversas frações do capital, indução direta e indireta para a adoção de um modelo de produção e tecnológico que lhes era e é desfavorável e a desqualificação preconceituosa e ideológica dos camponeses, sempre considerados à margem do modo capitalista de fazer agricultura.

A agricultura familiar é compreendida “como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1999, p. 02). Esse caráter produtivo é uma estrutura produtiva, associada à

família; produção e trabalho, tendo contribuições significativas, sobretudo com relação ao econômico e social (WANDERLEY, 1999).

De acordo com Buainain (2006, p. 15),

A agricultura familiar brasileira é extremamente diversificada. Inclui tanto famílias que vivem e exploram minifúndios em condições de extrema pobreza como produtores inseridos no moderno agronegócio que logram gerar renda superior, várias vezes, a que define a linha da pobreza. A diferenciação dos agricultores familiares está associada à própria formação dos grupos ao longo da história, a heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais os recursos naturais, o capital humano, o capital social e assim por diante.

Diante disso, Abramovay (2007) vai destacar que a lógica da organização familiar não depende da família em si mesma, mas da própria capacidade que esta tem de realizar uma adaptação e montar um procedimento adequado ao meio social e econômico em que é desenvolvido. Frente a isso, com relação ao termo agricultura familiar, Altafin (2007) destaca que não é propriamente novo, contudo, seu uso é recente em especial com uma ampla presença nos espaços das universidades.

De acordo com Schneider (2003), a agricultura familiar atualmente, vem conquistando uma legitimidade social e científica no Brasil, a qual está passando a ser empregue com uma crescente frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos de caráter governamentais e por consequente nos segmentos do conhecimento acadêmico, em especial pelos teóricos das ciências sociais, as quais se dedicam na pesquisa sobre a agricultura e mundo rural.

Segundo Wanderley (1999, p. 18),

[...] pode-se dizer que a década de 1990 iniciou-se sob a marca da entrada da agricultura familiar no vocabulário científico, enquanto a presente década iniciou-se com uma reavaliação do significado do desenvolvimento rural. Reavaliação que aparece sob a forma do debate acerca das relações entre o rural e o urbano e da introdução da abordagem das dinâmicas territoriais nos processos de desenvolvimento, e que revela uma profícua agenda de pesquisas, cujo devido tratamento tem ainda um largo caminho pela frente.

Diante disso, Schneider (2003, p. 21), vai destacar que,

Ao contrário do que imaginavam muitos cientistas sociais brasileiros, a década de 1990 foi pródiga em recolocar em cena temas e questões que pareciam ter sido sepultados pelo curso dos acontecimentos históricos recentes. Assim tem

sido com o debate e as ações sociais em relação à reforma agrária, talvez o mais emblemático desses temas, que havia conquistado grande projeção nos ambientes acadêmicos, intelectuais e políticos a partir do final da década de 1950, silenciado durante o ciclo militar e tendo retornado posteriormente à pauta dos debates. Após o golpe militar de 1964, somente se voltou a falar em reforma agrária a partir de meados da década de 1980 com o início da abertura democrática, ainda que, nesse período, as discussões e expectativas tenham sido rapidamente mitigadas pela aprovação de dispositivos anti-reformistas durante a Constituinte de 1988. Mas, nos anos noventa, a luta pela terra e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) voltaram a ocupar expressivos espaços no cenário político nacional [...]. Algo semelhante vem ocorrendo com os estudos sobre as relações de trabalho e os sistemas produtivos na agricultura, ou melhor, com as análises acerca de qual modelo de uso da terra e forma de propriedade pode garantir ao País a resolução de seus problemas com o abastecimento alimentar e os processos redistributivos.

Frente a isso, no contexto atual, é possível evidenciar um conjunto de apontamentos inseridos nas diretrizes para a formulação da *Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais*, que buscam proporcionar uma maior legitimidade acerca do agricultor familiar, caracterizando este pela realização de atividades no meio rural (BRASIL, 2006). Diante disso, utiliza-se a definição da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, em especial para definir o agricultor familiar da seguinte forma:

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Dessa forma, é entendido que a agricultura familiar é um tipo de agricultura desenvolvida em pequenas propriedades, onde é utilizada, predominantemente, a mão de obra familiar, a que vai diferenciar essa prática de outras formas de produção.

Segundo Schneider e Niederle (2009, p. 996),

[..] a agricultura familiar situa-se no debate mais amplo sobre a persistência das formas familiares de trabalho e de produção no interior do capitalismo. A dinâmica socioeconômica dessas formas sociais no meio rural configura-se

como uma projeção particular do conjunto das relações de produção e trabalho que existem e se reproduzem nos marcos de uma sociedade em que imperam relações sociais de caráter capitalista.

Segundo informações do estudo Incra/Fao (2000), a agricultura familiar possibilita uma vasta capacidade produtiva, colaborando de forma satisfatória para o próprio abastecimento do país. Frente a isso, Savoldi e Cunha (2010) vão reforçar que a agricultura familiar consegue se distinguir das outras formas sociais de produção pela atuação predominantemente da família com relação à realização das atividades desenvolvidas de forma conjunta, entre os membros da própria família.

No tocante à discussão sobre a agricultura familiar e sua relação com os recursos naturais, Altafin (2007, p. 16) vai destacar que,

A relação da agricultura familiar com recursos naturais é considerada positiva quando ela está enraizada no meio físico, tendo controle sobre seu processo produtivo. Seu potencial para promoção da sustentabilidade ecológica diz respeito à sua capacidade de conviver de forma harmônica com ecossistemas naturais, percebidos como um patrimônio familiar.

Bernardo e Ramos (2016), salientam que a agricultura de caráter não familiar, é considerada uma atividade a qual tem uma grande utilização dos recursos naturais e, por conseguinte, acaba em muitos momentos comprometendo o meio ambiente com o uso e a dispersão de resíduos químicos.

Essa prática acaba gerando consequentemente impactos sobre os comportamentos ambientais. Dessa forma, é identificado uma maior utilização desses resíduos, por parte da agricultura patronal, que é configurada como um modelo de agricultura voltada para a produção e o aumento do lucro gerado através da venda de seus produtos, diferentemente da agricultura familiar que vem atuando numa perspectiva da sustentabilidade.

Segundo Veiga (1996, p. 395),

A agricultura patronal, com suas levas de bóias-frias e alguns poucos trabalhadores residentes vigiados por fiscais e dirigidos por gerentes, engendra forte concentração de renda e exclusão social, enquanto a agricultura familiar, ao contrário, apresenta um perfil essencialmente distributivo, além de ser incomparavelmente melhor em termos sócio-culturais. Sob o prisma da sustentabilidade (estabilidade, resiliência e equidade), são muitas as vantagens apresentadas pela organização familiar na produção agropecuária, devido à sua ênfase na diversificação e na maleabilidade de seu processo decisório. A versatilidade da agricultura familiar se opõe à especialização cada vez mais fragmentada da agricultura patronal.

No que se refere ao compromisso, sobre a preservação do meio ambiente, evidenciamos que a agricultura familiar, tem consigo, uma maior sensibilidade e contribuição com relação à preservação ambiental.

Altafin (2007, p. 20) vai destacar que

A função de preservação ambiental também tem sido atribuída à agricultura familiar, apesar de ainda se configurar como um tema de grande controvérsia. No geral, a agricultura é considerada uma das atividades que produzem maior impacto sobre o meio ambiente e o modelo tecnológico adotado no País tem sido responsável pela produção de inúmeros efeitos negativos. Se, por um lado, a produção patronal monocultora reúne elementos geradores dos impactos negativos, no outro extremo, os estabelecimentos familiares em situação de exclusão também são considerados danosos ao meio ambiente. Porém, isto não se deve à sua natureza de lucratividade máxima ou à sua estratégia de exploração agrícola, como no caso das grandes propriedades. Na grande maioria dos casos, a pressão sobre os recursos naturais se dá por desequilíbrios no sistema familiar, fruto da falta de acesso à terra. O fato de mais de 85% dos estabelecimentos familiares ocuparem apenas 30% da área, enquanto pouco mais de 11% dos estabelecimentos patronais ocuparem quase 68% das terras ilustra a pressão existente sobre os solos, matas e recursos hídricos.

De acordo com a Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991, p. 46), “O desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades.” Frente a isso, deve haver um olhar, sobretudo com relação as questões correlacionadas ao presente e o próprio futuro, sejam elas de ordem: ambiental; econômica; política; social ou cultural.

Diante disso, a agricultura familiar tem-se intensificado nos assentamentos de reforma agrária, como uma modalidade de produção de alimentos mais saudáveis, oferecendo qualidade e segurança alimentar para a população do campo em contraponto ao modelo hegemônico do agronegócio, que prioriza em sua totalidade o aumento lucrativo dos produtos desenvolvidos em escala de produção.

2.1 AGRICULTURA FAMILIAR E OS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Bergamasco (1997) vai mencionar que a discussão da reforma agrária tem sido presente no Brasil, desde os anos 1950 e 1960. Pode-se compreender que logo com o Golpe Militar no ano de 1964, ocorreu posteriormente a promulgação do estatuto da terra, respaldando a

implementação do processo de colonização nas regiões Norte e Centro Oeste, proporcionando a implementação dos assentamentos nessas espacialidades.

Segundo Mattei (2012, p. 1-2),

A questão agrária brasileira está intimamente ligada ao processo histórico de colonização do país. Desde os primórdios das capitanias hereditárias, passando pelos diversos ciclos econômicos (açúcar, mineração, café, pecuária, borracha, algodão etc.) até os dias atuais, a questão da posse da terra sempre esteve presente no cenário político nacional. Esse cenário foi fortemente agravado no período do pós-guerra quando o país implementou a política de “modernização da agricultura”, processo este que provocou profundas transformações estruturais na esfera produtiva, mas que, ao mesmo tempo, causou sérias consequências sociais devido à enorme mobilidade populacional ocorrida nas últimas cinco décadas. Em grande medida, pode-se dizer que o conflito social agrário que persiste nas áreas rurais do país está diretamente relacionado ao modelo de desenvolvimento rural do Brasil, o qual promoveu a concentração da terra e a exclusão social dos camponeses tradicionais.

Frente a isso, ocorreu uma grande repressão contra os movimentos sociais que lutavam em favor dos trabalhadores rurais, diante desse contexto do Golpe Militar. Bergamasco (1997, p. 37), destaca que, “Nos anos 80 e 90, os movimentos de trabalhadores rurais ganham ímpeto, tanto no campo como nas cidades.” Seguindo esse direcionamento, a reforma agrária torna-se uma expressão de ordem na sociedade brasileira, proporcionando uma maior visibilidade da luta existente no cenário brasileiro. Fernandes (2008, p. 5) destaca que “A política de reforma agrária não é somente uma ação do Estado. É antes uma ação dos movimentos camponeses. Sem luta pela terra não há reforma agrária.”

É identificado segundo Rocha e Cabral (2016), a ocorrência de uma grande intensificação dos conflitos agrários, tendo como ponto inicial a luta pela terra e a resistência dos agricultores que lutavam em busca de um pedaço de chão para realizar a produção de alimentos que subsidiariam as famílias, mediante o contexto de disputa territorial. Diante disso, Caldart (2001) vai mencionar que o processo de formação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), à qual teve influência na conquista de direitos dos agricultores na luta pela terra, é resultante da questão agrária, que encontra-se inserida no Brasil como estrutural e histórica.

Segundo Sabourin (2008, p. 153)

Os primeiros movimentos organizados em defesa da reforma agrária foram as ligas camponesas do Nordeste, estendidas à maioria dos estados do Brasil a partir de 1945, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Nessa época, a luta pela terra vinha inserida num conjunto de reivindicações sobre

os direitos elementares do trabalho, da saúde, da previdência, da escolarização, com base no direito à organização autônoma dos grupos sociais.

Frente a isso, a criação dos Assentamentos de Reforma Agrária teve grande contribuição dos Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que de acordo com Caldart (2001, p. 207),

O MST teve sua gestação no período de 1979 a 1984, e foi criado formalmente no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que se realizou de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no estado do Paraná. Hoje o MST está organizado em 22 estados, e segue com os mesmos objetivos definidos neste Encontro de 84 e ratificados no I Congresso Nacional realizado em Curitiba, em 1985, também no Paraná: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e pela construção de uma sociedade mais justa, sem explorados nem exploradores.

Diante disso, Rocha e Cabral (2016, p. 75-76), mencionam que “A reforma agrária é uma política pública resultado das conquistas da população rural que não tem acesso à propriedade da terra [...]”. Nesse sentido, Fernandes (2008, p. 4) vai mencionar alguns apontamentos acerca da criação dos assentamentos e destaca que, “Os governos FHC e Lula foram os que mais criaram assentamentos ao consideramos os governos do processo de redemocratização do Brasil.” Na década de 1990, acontece um desdobramento dos movimentos que lutam pela terra, proporcionando a ampliação dos assentamentos rurais, a qual tem consigo o Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na frente desse processo, desbravando as conquistas, sobretudo direcionadas para os agricultores enquadrados dentro dessa luta.

De acordo com as informações extraídas do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), é compreendido que o Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I, teve sua fundação no ano de 1997. Diante disso, o processo de luta pela terra especificamente dentro do contexto no Assentamento Bom Lugar I, contou com a participação e articulação da Comissão Pastoral da Terra (CPT); Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) e o apoio popular de camponeses que estavam diariamente acampados no território.

2.2 O USO DO TERRITÓRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, que são executadas num determinado espaço geográfico, dinamizando a economia e integrando os meios de produção vinculados a indústria, agricultura, dentre outros setores (SANTOS; SILVEIRA, 2006). Diante disso, é identificado uma estrutura normativa, que contempla a

legislação civil, fiscal e financeira, enquadradas dentro do território, configurando as funções existentes no território usado.

Santos e Silveira (2006) destacam que o território usado, vem se configurando pela sociedade em determinados momentos históricos. Isso pelo fato de percebermos que determinadas regiões são, num dado momento, mais usadas, e outras são menos. Cada região tem sua especificidade, como tal característica as modernizações implementadas dentro do processo do uso do território, faz com que seja implementado outras formas de usos.

Segundo Santos e Silveira (2006, p. 21)

A divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas e das instituições. Nos dias atuais, um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade. É a ciência que denomina por uma técnica marcadamente informacional, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. O meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica da globalização.

De acordo com Kahil (2005, 7195)

Para compreensão do período atual em que se notabiliza o uso do território como recurso de viabilidade das ações de interesse privado em detrimento da viabilidade da coesão da sociedade brasileira em geral, o importante é distinguirmos, para garantir a finura da análise, os elementos (os homens, as instituições, os objetos naturais e artificiais, etc.) que no território são as expressões fenomênicas das modificações atuais que estão ocorrendo. A força e a dinâmica de tais transformações escapam à análise rigorosamente econômica e estão a exigir um entendimento da esfera política de decisões quanto ao uso do território nacional.

Diante disso, Pereira (2011) afirma que o uso do território pode ser entendido como resultado de projetos particulares, direcionados e orientados por uma lógica que tem consigo finalidades e objetivos específicos. Nesse sentido, identifica-se uma ação política com enfoque na implementação de agentes que dinamizem a atuação sobre o território, fazendo dessa espacialidade geográfica um território usado. Frente a isso, Santos (1994, p. 253) afirma que “O uso do território se dá pela dinâmica dos lugares.” Esse apontamento, nos leva a entender que a localização geográfica de um determinado lugar, pode influenciar diretamente no uso do território, proporcionando consigo um aumento ou diminuição do uso.

Na agricultura familiar o uso do território tem-se dado especificamente numa dimensão, onde as atividades produtivas, levam em consideração a potencialidade do solo e os limites

oferecidos pelo território que está sendo usado. Nessa lógica, é compreendido que as formas de trabalhos em termos de técnicas aplicados nesse território, concentra-se dentro de um modelo de atuação, onde o trabalho manual é implementado com base na autonomia dos agricultores.

No contexto da agricultura familiar, é identificado que a mecanização do trabalho, não é considerada um instrumento prioritário, dentro dessa modalidade de agricultura, para dinamizar a produção dos alimentos. O sentido de produzir alimentos mais saudáveis, levando em consideração a segurança alimentar, possibilita visualizar uma outra forma de atuação dentro do território, que proporciona por consequente uma melhor rentabilidade acerca dos recursos naturais.

Vidal e Santos (2016, p. 1) vão destacar que “A atual estrutura agrária brasileira apresenta em síntese dois principais territórios que possuem diferentes peculiaridades de gestão e desenvolvimento: o da agricultura familiar e o do agronegócio.” Assim sendo, o uso do território existente na agricultura familiar tem um afunilamento, voltado, sobretudo para a produção dos mais variados tipos de alimentos com uso da mão de obra familiar, diferentemente do agronegócio a qual direciona a sua forma de atuação numa perspectiva industrializada, dando prioridade à implementação de máquinas e produção de monoculturas.

Segundo Vidal e Santos (2016) a terra é considerada um recurso de grande importância para a produção de alimentos, e a agricultura familiar constrói uma relação de uso do território, vinculado ao que apenas deve ser produzido dentro do que a terra pode oferecer, sem comprometer a qualidade do solo. Em contrapartida, a produção vinculada ao agronegócio, tem-se intensificado como um mecanismo de atuação diretamente voltado para o mercado capitalista e empresarial, utilizando o máximo de recurso possível que a terra pode proporcionar, para produzir os alimentos e direcionar em forma de mercadoria para o mercado internacional.

De acordo com Ploeg (2009, p. 17),

[...] a agricultura camponesa é fortemente baseada no capital ecológico (especialmente a natureza viva), enquanto a agricultura empresarial afasta-se progressivamente da natureza. Insumos e outros fatores artificiais de crescimento substituem os recursos naturais, o que significa que a agricultura está sendo industrializada.

Diante disso, Silva (2015, p. 7) argumenta que,

A interação entre sociedade e esses recursos da natureza ocorre de maneira específica a cada localidade, de acordo com a rede de atores locais (públicos e privados) que possuem diferentes formas de acesso e direitos de propriedade a tais recursos. Assim, a dinâmica territorial da agricultura familiar passa a ter

uma importância fundamental na manutenção e no aproveitamento desses recursos.

Nesse sentido, a agricultura familiar tem-se apresentado como uma modalidade essencial para possibilitar o equilíbrio do uso dos recursos naturais existentes dentro do território utilizado para desenvolver as culturas produtivas.

De acordo com Salvador (2009, p. 121),

[...] o uso do território é imprescindível para que as premissas dominantes (calcadas no lucro, acima de tudo) sejam colocadas em tela significativamente. Hoje, os territórios são usados por diferentes agentes dominantes da globalização, os quais revelam, por meio do uso do território, distintas lucratividades e potencialidades para a competitividade deles entre si e com outros agentes sociais. O território vem sendo usado de diversas maneiras em que tem havido praticamente o privilégio das forças hegemônicas do sistema capitalista.

Frente a isso, Santos (2006, p. 146) vai destacar que,

A materialidade do território é dada por objetos que têm uma gênese técnica, um conteúdo técnico e participam da condição da técnica, tanto na sua realização como na sua funcionalidade. Esses sistemas técnicos atuais são formados de objetos dotados de uma especialização extrema. Isso é sobretudo válido para os objetos que participam dos sistemas hegemônicos, aqueles que são criados para responder às necessidades de realização das ações hegemônicas dentro de uma sociedade.

A utilização do território vem se constituindo de procedimentos técnicos que visam avantajá-la a implementação de instrumentos tecnológicos para alcançar um maior território. Dantas e Fajardo (2017, p. 86) destacam que, “A modernização da agricultura no Brasil causou uma série de reestruturações produtivas e alterações na dinâmica econômica dos locais e regiões que incorporaram a tecnologia no campo.”

A modernização e implementação de máquinas dentro do processo de trabalhos desenvolvido na agricultura, tem impulsionado um aumento do uso do território dentro de uma perspectiva comercial, voltado para a implementação de tecnologias que buscam substituir a mão de obra humana, por maquinários projetados com a finalidade de ampliar o sistema produtivo. Essa prática tem-se intensificado na modalidade de trabalho realizado no agronegócio, sendo essa uma forma de proporcionar o desempenho econômico financeiro, impulsionado pela elevação da produtividade dentro do território usado.

Diferentemente da modalidade existente no agronegócio. Segundo Batalha, Buainain e Filho (2005), vários estudiosos destacam a necessidade de fortalecer a agricultura familiar agregando valor aos produtos provenientes dessa modalidade de agricultura, possibilitando a comercialização.

O diferencial desses produtos está atrelado ao que Batalha, Buainain e Filho (2005, p. 3) destacam, como: “[...] o caráter social da agricultura familiar; a territorialidade do local onde esses produtos são fabricados; o sabor diferenciado originado de alguma característica artesanal do processo produtivo [...]”. Frente a isso, é compreendido que os alimentos desenvolvidos na agricultura familiar estão inseridos dentro de uma forma de organização diretamente vinculada com o desenvolvimento sustentável e convivência com o semiárido, oferecendo um produto constituído de características específicas da unidade de produção familiar.

2.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

O uso do termo desenvolvimento sustentável tem se constituído como um elemento bastante usado nas últimas décadas. De acordo com Kieckhofer e Fonseca (2006, p. 122), a conceituação de desenvolvimento sustentável “propõe uma maneira de perceber as soluções para os problemas globais, que não se reduzem apenas à degradação do ambiente físico e biológico, mas que incorporam dimensões sociais, políticas e culturais [...]”. Essa abordagem nos possibilita compreender que os problemas sociais existentes na sociedade, como a pobreza e exclusão social, enquadram-se dentro da ótica do desenvolvimento sustentável, sendo essa uma questão pautada no âmbito das discussões internacionais da ONU - Organização das Nações Unidas (BARBOSA, 2008).

De acordo com Buarque (1999), o desenvolvimento sustentável é conhecido como um processo o qual tem causado mudanças na sociedade, oportunizando ao longo do tempo o aumento e eficiência econômica, preservação do meio ambiente, qualidade de vida e igualdade social, tendo como ponto de partida o comprometimento com o futuro das gerações. Dessa forma, é possível entender que o desenvolvimento sustentável é constituído de um procedimento de aprendizagem que leva em consideração o resultado social de longo prazo, possibilitando uma articulação entre as questões econômicas e os recursos provenientes da natureza.

Para Bezerra e Bursztyn (2000, p. 32):

O desenvolvimento sustentável é um processo de aprendizagem social de longo prazo, balizado por políticas públicas orientadas por um plano nacional de desenvolvimento inter-regionalizado e intraregionalmente endógeno. As políticas de desenvolvimento são processos de políticas públicas de Estados nacionais. Os estilos de desenvolvimento estão sustentados por políticas de Estado que, por sua vez, respaldam padrões de articulação muito determinados dos diversos segmentos sociais e econômicos com os recursos disponíveis na natureza. Isso é facilmente identificável, seja nas dificuldades implicadas no emprego da legislação normativa da sustentabilidade urbana, seja, em outro extremo, na tolerância normativa à exploração econômica da biodiversidade ou, ainda, na introdução veloz das sementes transgênicas na agricultura brasileira.

Segundo Kieckhofer (2005, p. 52) é possível compreender que,

Em 1980, a União Internacional para Conservação da Natureza – IUCN (International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources), por meio do documento intitulado “Estratégia Mundial para Conservação”, discute pela primeira vez o termo desenvolvimento sustentável. Por este documento, para que o desenvolvimento seja considerado sustentável, é necessário considerar aspectos referentes a questões sociais e ecológicas, assim como questões econômicas dos recursos vivos e não vivos e as vantagens de curto e longo prazo de ações alternativas.

O processo de desenvolvimento sustentável está diretamente vinculado com a implementação de políticas públicas que buscam viabilizar a contenção de impactos ambientais no planeta. A preocupação da comunidade nacional dos cientistas, acerca do desenvolvimento sustentável, busca discutir questões relativas ao futuro da humanidade. Desse modo, a preocupação com as questões ecológicas e sociais em consonância com os recursos naturais, ganham proporcionalidade em relação à valorização e manutenção da vida.

Desse modo, Kieckhofer (2005, p. 54) destaca que “[...] para atingir o desenvolvimento sustentável, [...] é necessário garantir os elementos básicos de sobrevivência de uma comunidade, quais sejam, educação, saúde, habitação e nutrição.” Frente a isso, a convivência com o semiárido nordestino tem se constituído em paralelo ao desenvolvimento sustentável, como uma discussão extremamente importante para refletirmos acerca das desigualdades sociais no contexto do Nordeste.

Dessa forma, Silva (2006, p. 257) vai mencionar que,

A convivência com o Semi-árido é também uma proposta política de mobilização da sociedade e do Estado brasileiro, para a implementação de políticas públicas apropriadas ao desenvolvimento sustentável na Região. Parte das tarefas e iniciativas pertence à esfera da sociedade civil, da capacidade de mobilização e organização dos movimentos sociais,

possibilitando a disseminação desses valores sociais da convivência e pressionando pela melhoria das condições econômicas e sociais. Ao mesmo tempo, a convivência com o Semiárido requer a conquista de políticas públicas permanentes e apropriadas, que tenham como referência a expansão das capacidades humanas locais, a partir da superação das estruturas geradoras da desigualdade, como a concentração da terra, da água, do poder e do acesso aos serviços sociais básicos.

Assim sendo, Santos *et al* (2014, 68-69), menciona

Os estudiosos sobre o Semiárido, instituições de pesquisas, universidades, movimentos sociais, especialmente, a partir dos anos 50 até os dias atuais, têm demonstrado o grande equívoco e o conservadorismo presentes nas medidas sucessivas adotadas pelos governos e comprovam que os problemas da desigualdade regional estão relacionados às questões de ordens políticas e sociais implementadas historicamente no Semiárido, e não à mera característica climática como sempre se foi retratado.

As questões discutidas acerca dos problemas existentes no semiárido, encontram-se diretamente vinculadas com as questões de cunho político e social, e não mantém relação especificamente com as condições climáticas presentes nessa região. Dessa forma, a convivência com o semiárido na agricultura familiar deve ser compreendida como “conjunto de elementos que possibilite a orientação para o planejamento, proposição e execução de políticas públicas eficazes e capazes de promover a superação das desigualdades socioeconômicas” (SANTOS *et al*, 2014, p. 70).

Diante disso, Silva (2006) afirma que a agricultura familiar está diretamente relacionada com a convivência com o semiárido. Isso pelo fato de identificar nos agricultores familiares, práticas de trabalho e desenvolvimento de tecnologias, que propiciam uma melhor relação com a natureza e as condições climáticas oferecidas no semiárido. Frente a isso, “as políticas de fortalecimento da agricultura familiar requerem maior organização do processo produtivo e de comercialização.” (SILVA, 2006, p. 198). Assim sendo, é entendido que o fortalecimento da agricultura familiar depende em grande medida da execução de políticas que propiciem um melhor direcionamento na organização socioespacial dos agricultores, dinamizando especificamente a produção dos alimentos provenientes dessa modalidade de agricultura em conjunto com a venda dos produtos.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa realizada teve como espacialidade geográfica o Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I, pertencente ao município de Upanema/RN, onde concentrou-se a realização da pesquisa de campo no tocante ao levantamento de informações, sobre a agricultura familiar. Com capacidade para conter no seu território um total de 103 famílias, a referente localidade teve sua construção no ano de 1997 e, até hoje, no ano de 2020, existem famílias morando nessa localidade e desenvolvendo atividades ligadas à agricultura.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Para realização do referente trabalho, usamos à pesquisa do tipo exploratória com natureza qualitativa, que segundo Gil (1946, p. 41), “[...] têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.” O planejamento e organização desse tipo de pesquisa, é extremamente flexível, de maneira que oportuniza a consideração das diversas particularidades inerentes a situação estudada.

De acordo com Godoy (1995), esse tipo de pesquisa, não busca enumerar ou medir o que está sendo estudado, nem aplicar análises estatísticas na verificação dos dados. O foco desse tipo de pesquisa está na obtenção de informações descritivas, acerca de lugares, pessoas e processos interativos, interligando a atuação direta do pesquisador com o objeto pesquisado.

Na metodologia do referente trabalho utilizou-se inicialmente da pesquisa bibliográfica, acerca da agricultura familiar, buscando conhecer o que estava sendo produzido, por meio de: artigos; livros; revistas eletrônicas e dentre outras bibliografias. Diante disso, o público alvo desse trabalho, foram os agricultores e agricultoras do Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I.

De acordo com Sasso *et al* (2007, p. 39),

[...] a pesquisa bibliográfica tem sido um procedimento bastante utilizado nos trabalhos de caráter exploratório-descritivo, reafirma-se a importância de definir e de expor com clareza o método e os procedimentos metodológicos (tipo de pesquisa, universo delimitado, instrumento de coleta de dados) que envolverão a sua execução, detalhando as fontes, de modo a apresentar as lentes que guiaram todo o processo de investigação e de análise da proposta.

Diante disso, num segundo momento da pesquisa utilizou-se a entrevista semiestruturada que, segundo Bogdan e Biklen (2007), caracteriza como um instrumento de coleta de dados. Esse instrumento de coleta de dados tem o seu princípio a partir do diálogo entre o pesquisador e o público alvo da pesquisa, tendo como intuito adquirir informações que possam contribuir na construção do trabalho.

Concomitante a isso, aconteceu o uso do procedimento observacional, que segundo Ferreira, Torrecilha e Machado (2012) a técnica de observação é utilizada nas mais diferentes áreas do conhecimento, sendo que a mesma possibilita ao observador retirar informações de grupos e até mesmo de acontecimentos que com a utilização de diferentes técnicas se tornaria mais difícil ou inviável.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos participantes da pesquisa, foram especificamente moradores do Assentamento Bom Lugar I. Inicialmente buscou-se dialogar com o presidente da associação da referente localidade para que de igual modo, ele pudesse indicar (5) famílias de cada rua do assentamento, totalizando a participação de (20) famílias dentre as (103) casas existentes na localidade, para contribuírem com informações relacionadas à agricultura familiar, no tocante à realização da entrevista semiestruturada.

Seguindo a execução das entrevistas, buscou-se coletar informações sobre: perfil do entrevistado; as principais atividades produtivas; práticas de convivência com o semiárido; uso do território e os recursos financeiros; sustentabilidade e desenvolvimento sustentável na agricultura familiar e concepções acerca da agricultura familiar segundo o entendimento dos/as entrevistados/as. Ao todo, (15) agricultores/as aceitaram realizar a entrevista semiestruturada.

3.4 COLETA DE DADOS

A pesquisa bibliográfica foi realizada inicialmente com base nos trabalhos publicados em: Anais de congressos; Revistas eletrônicas; Livros; Periódico CAPES/MEC; Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com a finalidade de obter um levantamento de informações iniciais, acerca do objeto de estudo, amplificando por consequente a compreensão sobre as discussões relacionadas ao tema pesquisado.

Na sequência, utilizamos o instrumento de coleta de dados conhecido como entrevista semiestruturada, a qual foi usado ao longo da pesquisa de campo, onde os agricultores e

agricultoras do Assentamento Bom Lugar I estiveram elencando suas opiniões, com base nas perguntas contidas no questionário da entrevista semiestruturada. É importante destacar que as informações repassadas pelos entrevistados sucederam logo depois da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), por parte dos sujeitos contribuintes da pesquisa.

3.5 PESQUISA DE CAMPO

Ao longo do mês de agosto de 2019, realizou-se a pesquisa de campo, tendo como ponto inicial a entrevista semiestruturada, por meio de um diálogo na residência dos agricultores familiares. Na primeira semana de agosto, foi levado para campo um total de (5) questionários, dentre os quais somente (2) foram respondidos. Ao longo da segunda semana do referente mês, foi portado (5) questionários, entre eles apenas (3) agricultores responderam. Seguindo em direção à terceira semana de agosto, foi utilizado (5) questionários, onde respondeu-se todos eles. Em relação à quarta semana do mesmo mês da realização da pesquisa de campo, valeu-se de (5) questionários para serem aplicados com os agricultores, ao longo desse percurso todos foram respondidos.

Ao longo de cada aplicação dos questionários, havia inicialmente um deslocamento de 18 quilômetros da cidade de Upanema/RN até o local da pesquisa de campo. Esse percurso se dava através de um veículo motorizado, o qual levava aproximadamente cerca de 27 e 30 minutos de trajeto, para chegar no local desejado. Ao chegar no local da pesquisa de campo, os agricultores familiares já estavam conscientes da chegada do pesquisador, para realizar a entrevista semiestruturada, tendo em vista o informativo repassado pelo presidente do assentamento, elencando a realização desse trabalho de pesquisa durante o mês de agosto.

A abordagem inicial para a realização da pesquisa de campo com os entrevistados ocorreu da seguinte forma: ao chegar na residência dos agricultores, havia uma identificação inicial por parte do pesquisador, saudando os entrevistados com um bom dia ou boa tarde e na sequência, procurava-se tomar conhecimento em relação à disponibilidade dos sujeitos, no tocante a realização da pesquisa durante o referente dia. Em alguns momentos o entrevistado mencionava que não poderia realizar naquele momento pela manhã e pediu que fosse executado à tarde, e assim era feito com base na disponibilidade do público alvo da pesquisa. Em alguns casos o sujeito não queria participar da entrevista, elencando a falta de interesse e disponibilidade. Nesse momento, buscava-se respeitar a opinião do entrevistado mantendo a autonomia do sujeito em relação sua escolha.

Nas duas primeiras semanas do mês de agosto, foi perceptível que alguns entrevistados não queriam participar da pesquisa. Fazendo essa observação inicial, optou-se em levar na terceira e quarta semana uma garrafa de café com pães para a pesquisa de campo. Quando chegava na residência do entrevistado, tomava-se café junto com o sujeito e realizava a pesquisa ao mesmo tempo. Fazendo isso, foi percebido que os sujeitos participantes da pesquisa ficaram mais à vontade ao longo da realização das perguntas.

Dessa forma, percebeu-se que na terceira e quarta semana a participação dos entrevistados tinham sido significativas, ao ponto de ser aplicado um total de (10) questionários ao longo das duas últimas semanas da pesquisa de campo. Desse modo, se constituiu a realização da pesquisa desenvolvida com os agricultores do Bom Lugar I.

4. CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS E PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS

Cerca de 60% dos agricultores pesquisados encontram-se numa faixa etária entre 30-40 anos de idade, ao passo que os 40% restante, tem idade de 50-60 anos. A análise nos proporciona refletir sobre a idade dos entrevistados e o desempenho desses sujeitos, no tocante a realização das atividades dentro da agricultura familiar, assim como a própria carga de trabalho exercida por esses agricultores, já que esse público, localiza-se numa realidade, onde o uso de sua força de trabalho é imprescindível na realização das atividades no seu cotidiano.

De acordo com Pessoa e Alchieri (2014, p. 333),

Saber distinguir as consequências das cargas de trabalho sobre a saúde-doença dos trabalhadores é conhecer como elas interatuam entre si, no processo de trabalho [...].

Vale destacar que a categoria de trabalho dentro da agricultura familiar perpassa por uma dimensão de organização, sobretudo no que diz respeito ao uso da energia calórica que o agricultor utiliza para dinamizar as suas atividades diárias ao longo da jornada de trabalho. A idade e a qualidade de vida é um fator crucial no que diz respeito ao desempenho na realização do trabalho nas atividades produtivas.

Um quantitativo de 67% do público participante da pesquisa caracterizou-se como sexo masculino, à medida que 33% dos demais entrevistados correspondem ao sexo feminino. Nesse cenário é permitido evidenciar a consolidação de um ajuntamento de ambos os sexos masculino e feminino em prol do fortalecimento na realização das atividades produtivas.

O trabalho desenvolvido nos espaços de produção da unidade familiar, contém a presença de homens e mulheres exercendo a sua parcela de contribuição, embora muita das vezes exista a invisibilidade do trabalho feminino no contexto de realização das atividades produtivas, o trabalho da mulher é identificado dentro da divisão o trabalho no contexto da agricultura familiar, apenas como ajuda, mesmo quando elas desempenham atividades igual ou superior aos homens.

Segundo Brumer (2004, p. 210),

Diversos estudos que examinaram a divisão do trabalho por sexo na agricultura permitem concluir que as mulheres (e, de um modo geral, também as crianças e os jovens) ocupam uma posição subordinada e seu trabalho geralmente aparece como ajuda, mesmo quando elas trabalham tanto quanto

os homens ou executam as mesmas atividades que eles.

Tais considerações são relevantes para pensarmos a questão de gênero dentro do contexto da agricultura familiar, evidenciando por consequente a forma como essa realidade é constituída, tendo em vista o dinamismo entre o próprio trabalho exercido dentro da unidade de produção familiar, levando em consideração o trabalho exercido pelos membros da própria família.

Os agricultores do Assentamento Bom Lugar I, correspondem em termos percentuais a um quantitativo de 93% de pessoas com naturalidade pertencente a Upanema/RN, seguido de um segundo grupo representado por 7% com naturalidade referente a Ielmo Marinho/RN. Os assentamentos de reforma agrária, propiciaram a oportunidade dos agricultores terem um espaço para desenvolver atividades ligadas a implementação de culturas produtivas para o consumo humano, assim como a sua habitação.

67% dos agricultores que têm entre 1-4 filhos, ao passo que 13% dos sujeitos não têm filhos, à medida que 20% dos agricultores têm 5 ou mais filhos. 53% dos filhos de agricultores com idade acima de 21 anos, enquanto que existe 20% de filhos dos agricultores com idade entre 10-20 anos. Em seguida encontra-se 7% de pessoas com filhos, com menos de 4 anos, ao passo que existe mais 7% com acima de 5 anos. Dentre os 15 agricultores entrevistados ao longo da pesquisa de campo, tivemos apenas dois agricultores que não tinham filhos.

Segundo Faccin e Schmidt (2014, p. 391),

[...] a agricultura é uma atividade na qual grande parte do conhecimento é transmitida de pai para filho, desde a mais tenra idade, e quem não tem contato com a atividade dificilmente trabalhará na idade adulta com agricultura.

A Cor/Etnia preta, corresponde a uma percentagem equivalente a 67% dos agricultores entrevistados, ao passo que 20% refere-se a Cor/Etnia parda, tendo ainda um total de 13% dos entrevistados com Cor/Etnia Branca.

É possível identificar um elevado número de agricultores que moram no Assentamento Bom Lugar I, com um tempo equivalente entre 18-20 anos, correspondente ao percentual de 60%, ao passo que identifica-se uma percentagem de 20% situado entre 10-15 anos, enquanto que os outros 20% estão inseridos na delimitação de 21-22 anos, referente ao tempo que os agricultores moram na localidade.

O maior grau de escolaridade está relacionado ao ensino fundamental incompleto, correspondente ao percentual equivalente ao total de 60% dos agricultores, à proporção que

27% dos demais entrevistados, corresponde ao nível de escolaridade pertencente ao ensino médio completo e na sequência obtivemos uma percentagem de 13% com o ensino superior.

A maioria dos agricultores exercem seu trabalho na agricultura, chegando a um total de 93% dos entrevistados, enquanto que 7% realizam atividade de trabalho na pecuária. Essa representação nos proporciona identificar a predominância da agricultura no que se refere ao trabalho exercido pelos agricultores do Assentamento Bom Lugar I. 60% dos agricultores possuem renda mensal de até um salário mínimo, ao passo que 20% encontra-se com um salário mínimo, enquanto que os outros 20% corresponde entre um a dois salários mínimos.

É entendido que a agricultura familiar, tem possibilitado por consequente, contribuições significativas para o desenvolvimento econômico no contexto rural. Assim como, é considerada uma das atividades produtivas com grande influência no que diz respeito à economia existente nas diversas regiões do território brasileiro.

4.1 PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS NO ASSENTAMENTO BOM LUGAR I

Realizando a análise acerca das atividades produtivas na agricultura familiar desenvolvida pelos agricultores do Assentamento Bom Lugar I, seguiremos adiante com a exposição dos dados exibidos no presente subcapítulo. Desse modo, realizaremos inicialmente a verificação da **Tabela 1**.

Tabela 1 – PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PRODUZIDOS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES

Culturas Produzidas	Percentual de Agricultores que produzem as referentes culturas
Caju e Feijão	13%
Feijão	27%
Feijão e Milho	13%
Feijão, Milho e Melancia	27%
Feijão, Milho e Sorgo	20%

Fonte: Pesquisa de campo, Agosto de 2019.

É possível identificar a predominância do feijão na produção da unidade familiar como fonte de alimento imprescindível para as famílias.

Em relação à comercialização dos alimentos produzidos é possível mencionar que essa realidade não é constatada como uma prioridade dos agricultores, o foco principal é produzir o alimento com enfoque ao consumo interno da família. A **Tabela 2** evidencia o processo de aquisição de sementes para realizar a plantação dos alimentos produzidos na agricultura

familiar.

Tabela 2 – AQUISIÇÃO DAS SEMENTES PARA A REALIZAÇÃO DO PLANTIO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Argumentos	Número Percentual
Conseguí com um amigo	13%
Comprado na feira livre de Upanema/RN	73%
Comprado nas lojas do agricultor em Assú/RN	7%
Comprado na cidade de Assú/RN e Upanema/RN	7%

Fonte: Pesquisa de campo, Agosto de 2019.

Com base nas observações realizadas acerca dos dados apresentados pelos agricultores, é possível mencionar que a maioria equivalente a 73% obtém as sementes compradas na feira livre de Upanema. Perante os dados apresentados, é perceptível que dentro do Assentamento Bom Lugar I, não ocorre disponibilização de sementes por parte do município de Upanema.

É possível entender que as sementes provenientes da agricultura familiar no Bom Lugar I, não são identificadas como crioulas, em sua maioria são compradas dentro da comercialização de feiras e lojas de agricultores que predominantemente não usam da modalidade de seleção de produtos com base na preservação originária das sementes crioulas.

Santos et al (2017, p. 5) vai afirmar que,

As sementes crioulas são consideradas como parte de um patrimônio genético e cultural de diversos povos tradicionais, indígenas, quilombolas e de agricultores familiares, fundamentais para a conservação in situ dos recursos e da agrobiodiversidade.

Evidencia-se por consequente a necessidade de entendermos que as sementes crioulas, culturalmente são pertencentes aos povos tradicionais os quais agregam os agricultores familiares. Com base na opinião dos entrevistados, buscamos averiguar se os alimentos que são produzidos na agricultura familiar são suficientes e qual o destino dado.

Os respectivos agricultores confirmaram que o alimento produzido na agricultura familiar, é suficiente para a família, bem como torna-se destinado para o consumo humano. Com base nas afirmações dos agricultores, é evidente que não ocorre a venda dos produtos produzidos na unidade familiar de produção.

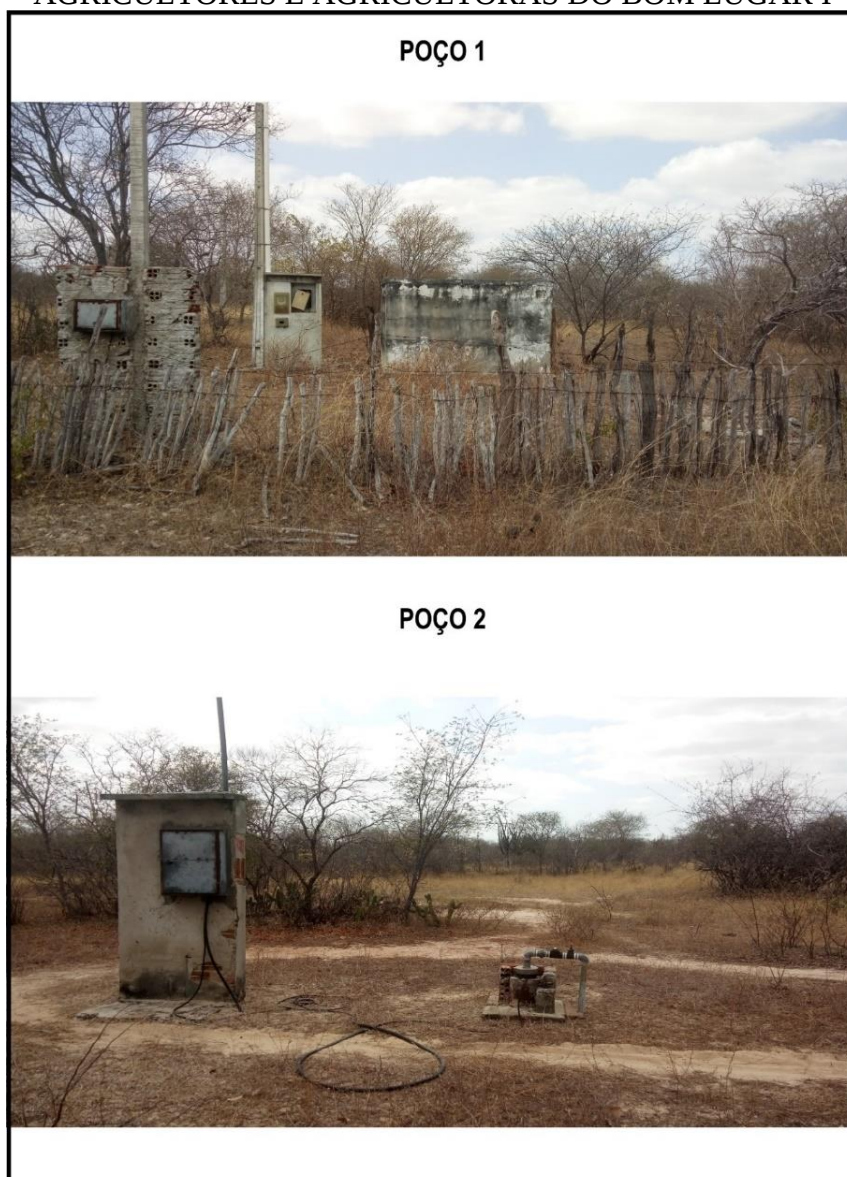
Não ocorre a produção dos alimentos durante o ano inteiro. Isso pode ter relação com o fato desses entrevistados não terem estrutura de poços, reservatórios ou assistência técnica que possibilitem o acesso a água para produzir ao longo do período de estiagem, possibilitando de

igual modo a produção de alimentos para as famílias durante o ano todo.

67% dos agricultores mencionaram a falta de água como uma dificuldade existente em relação a realização das atividades produtivas, ao mesmo tempo percebemos um quantitativo de 13% elencando o controle de pragas como uma complicação enfrentada pelos agricultores, ao passo que outros 13% salientaram por consequente a falta de dinheiro como um impedimento na realização das atividades dentro da agricultura familiar. 7% dos sujeitos mencionam a demora do trator para cortar a terra, como uma dificuldade presente no assentamento.

A comunidade tem em seu território um total de dois poços de águas em pleno funcionamento (**Figura 1**), com destino ao consumo humano.

Figura 1 – POÇOS USADOS PARA O ABASTECIMENTO DE D'ÁGUA DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO BOM LUGAR I



Fonte: Pesquisa de campo, setembro de 2019.

A água que é usada de ambos os poços é direcionada através da adutora para uma caixa de distribuição d'água (**Figura 2**). É importante destacar que atualmente é usado apenas o poço 1, enquanto o poço 2 é utilizado somente quando ocorre algum problema técnico com o poço 1 e precisa fazer manutenção. Para não deixar os agricultores sem água, utiliza-se os dois poços dessa forma, possibilitando que os agricultores tenham água potável na sua residência, onde utilizam diariamente esse recurso hídrico para se manter na referente localidade.

Figura 2 – CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO D'AGUA DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS DO BOM LUGAR I



Fonte: Pesquisa de campo, setembro de 2019.

A necessidade da utilização de água, com enfoque para o consumo humano, animal e produção é extremamente importante para refletirmos acerca da imprescindibilidade de implementar mecanismos de convivência com o semiárido para que os agricultores familiares

consigam sobressair mediante as dificuldades encontradas dentro das atividades produtivas, tendo em vista a existência de prolongadas secas nesse contexto.

Em relação aos pontos positivos temos o **Quadro 1**.

Quadro 1 – PONTOS POSITIVO IDENTIFICADO PELOS AGRICULTORES NA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS

Entrevistados	Ponto positivo/Fala dos agricultores
E – 1	O trabalho em conjunto com a família e o alimento de boa qualidade.
E – 2	É plantado pouco e colhido muito.
E – 3	Um alimento que ajuda na feira da casa, não preciso comprar o que planto.
E – 4	O trabalho coletivo com a família e não preciso trabalhar com outras pessoas.
E – 5	Temos um alimento para comer é plantado o feijão e não compramos.
E – 6	O que é plantado não precisa comprar.
E – 7	Não respondeu.
E – 8	É tudo mais franco, temos o suficiente para se alimentar.
E – 9	Trabalhar com a família, numa terra boa.
E – 10	Ter o alimento para se alimentar.
E – 11	A alimentação é favorável e tranquilidade do campo na agricultura.
E – 12	Não compro o que eu planto.
E – 13	Tenho o alimento e não preciso gastar dinheiro comprando na feira.
E – 14	Temos alimentos para se alimentar.
E – 15	Produzo o próprio alimento e não preciso comprar.

Fonte: Pesquisa de campo, Agosto de 2019.

Diante das opiniões dos agricultores é destacado o alimento de boa qualidade e a realização do trabalho em conjunto com os membros da própria família, sendo esse um fator extremamente presente dentro da unidade de produção familiar. Frente a isso, é perceptível a existência de argumentos vinculados a ocorrência dos agricultores plantarem pouco e colherem muito, o suficiente para o consumo da família proporcionando por consequente a contenção de gastos em relação a compra dos alimentos.

No decorrer da fala dos agricultores é possível observar apontamentos elencados em relação a reciprocidade do trabalho existente dentro da agricultura familiar em conjunto com os familiares, assim como a questão econômica, a qualidade dos alimentos produzidos e por conseguinte a alimentação favorável e autonomia na realização das atividades desenvolvidas dentro da unidade familiar de produção.

Buscamos também identificar a existência de investimento por parte do município de Upanema/RN, com enfoque na realização das atividades produtivas desenvolvidas no Assentamento Bom Lugar I. 53% dos agricultores identificam a existência de investimento por parte do município, no que diz respeito a realização das atividades produtivas desenvolvidas no Assentamento Bom Lugar I, ao passo que 47% dos sujeitos pesquisados não corroboram com

a afirmação de que existe esse investimento do município, destinado a realização das respectivas atividades.

Evidenciamos uma sequência de dificuldades enfrentadas pelos próprios agricultores, que nos levam a entender que o município não fornece assistência técnica para subsidiar os agricultores. Dentre as dificuldades elencadas, pode-se destacar: falta de água; controle de pragas; demora do trator para cortar a terra e falta de dinheiro.

Buscando compreender como anda a utilização de agrotóxico na realização das atividades que os agricultores desenvolvem na unidade de produção familiar no Assentamento Bom Lugar I, percebe-se que 80% dos agricultores não utilizam agrotóxico na realização das atividades produtivas, enquanto que 20% afirmaram aplicar o uso de veneno na plantação.

De acordo com Viana *et al* (2017, p. 59),

[...] a partir de 1997, com o advento da irrigação, surgiu a necessidade da utilização de agrotóxicos para o aumento da produtividade das lavouras, com a finalidade de melhorar a renda familiar. A partir desse acontecimento, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) ofereceu, nesse mesmo ano, um curso de capacitação para o aprimoramento da força de trabalho desses agricultores sobre o uso de agrotóxicos, passando dessa forma, a fazer parte da produção agrícola. Com o passar dos anos, o envelhecimento dos patriarcas e o aparecimento de danos à saúde, destes, houve a necessidade da utilização da mão-de-obra de outro membro da família voltado para o manuseio desses agrotóxicos. Para isso, optou-se pelo primogênito em virtude de sua maturidade, bem como da preocupação do patriarca em relação aos outros membros com menor idade, para estudar e, dessa forma, poderem melhorar a condição de vida da família. Nessa perspectiva, ocorreu uma “herança de conhecimento”, em que houve a disseminação de informações sobre o uso de agrotóxicos de pai para filho.

É identificado que ao longo dos anos o uso de agrotóxico na agricultura familiar se tornou recorrente e preocupante para a vida das famílias às quais encontram-se em contato direto com esse produto. 73% dos agricultores que elencaram não ter participado de capacitações, acerca de atividades produtivas nos últimos 15 anos, ao passo que evidenciamos 20% dos sujeitos mencionando ter participado dessas atividades, enquanto 7% abstiveram-se do assunto e não expressaram sua opinião.

Nesse sentido, é compreendido ao longo do referente capítulo, um conjunto de apontamentos que tratam a realidade existente acerca das principais atividades produtivas, desenvolvidas pelos agricultores. Esse contexto apresentando, demonstra como os agricultores utilizam a aquisição das sementes, dando ênfase aos pontos positivos inerente a realização da

plantação que é desenvolvida, tendo como contribuição a produção dos alimentos direcionado para o consumo da família.

5. PRÁTICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO PRESENTES NA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO BOM LUGAR I

Nesse capítulo, será realizada a análise dos dados obtidos no decorrer da pesquisa de campo, buscando compreender as práticas de convivência com o semiárido existente no Assentamento Bom Lugar I. Nessa feita, vamos verificar inicialmente no **Quadro 2**, quais as modalidades de armazenamento dos alimentos produzidos na agricultura familiar que os agricultores dessa localidade utilizam.

Quadro 2 – PRÁTICA DE CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO: UTILIZAÇÃO DE ÁGUA E ARMAZENAGEM DOS ALIMENTOS PRODUZIDOS PELOS AGRICULTORES FAMILIARES

Entrevistados	Modo de armazenar os alimentos	Água usada na produção de alimentos
E – 1	Guardo em tambor de duzentos litros e uso garrafas pet de refrigerante.	Da chuva
E – 2	Guardo dentro de garrafa pet e em tambor de zinco.	Da chuva
E – 3	Garrafa pet.	Da chuva
E – 4	Garrafa de Refrigerante.	Da chuva
E – 5	É guardado em tambor de duzentos litros e garrafa pet.	Da chuva
E – 6	Garrafa pet.	Da chuva
E – 7	Silagem de sacos e garrafa pet.	Da chuva
E – 8	Silo e garrafa pet.	Da chuva
E – 9	Em tambores e garrafas pet.	Da chuva
E – 10	Guardo em tambor de zinco e garrafas pet.	Da chuva
E – 11	Silagem e uso os tambores de 200 litros.	Da chuva
E – 12	Tambores de duzentos litros.	Da chuva
E – 13	Guardo em tambor de plástico de água mineral.	Da chuva
E – 14	Tambores e garrafas pet.	Da chuva
E – 15	Garrafa pet e tambores de plástico de vinte litro.	Da chuva

Fonte: Pesquisa de campo, Agosto de 2019.

De acordo com os dados apresentados é identificável que os agricultores estão realizando práticas de convivência com o semiárido, pautado numa lógica de sustentabilidade, pelo fato de proporcionar a reutilização de materiais que poderiam ser depositados no lixo. No entanto, é possível perceber que os agricultores buscam, de igual modo, se organizarem para reaproveitar as garrafas pet e os demais instrumentos utilizados como depósito dos alimentos (**Figura 3**). Essa realidade existente é por consequente uma iniciativa extremamente importante, sobretudo para pensarmos em relação à preservação do meio ambiente e convivência com o semiárido.

Figura 3 – ARMAZENAMENTO DE FEIJÃO COM A UTILIZAÇÃO DE GARRAFAS PET E GARRAFÕES DE ÁGUA MINERAL



Fonte: Pesquisa de campo, setembro de 2019.

De acordo com os entrevistados, foi possível identificar que os alimentos guardados dentro dos respectivos recipientes, mantém a qualidade e permite uma maior durabilidade dos produtos, podendo passar de um ano para outro sem ocorrer alteração. Perante isso, é possível evidenciar que os agricultores têm procurado desenvolver mecanismos que possibilitem a realização de um trabalho organizado dentro da unidade de produção familiar, entre os membros da própria família.

Com base nos apontamentos elencados pelos agricultores acerca da utilização da água para a produção dos alimentos produzidos no Assentamento Bom Lugar I, é perceptível que o recurso hídrico destinado na plantação, vem exclusivamente da chuva e toda cultura produzida dentro da referente localidade depende totalmente do período chuvoso.

De acordo com Malvezzi (2007, p. 10),

É o Semi-Árido mais chuvoso do planeta: a pluviosidade é, em média, 750 mm/ano (variando, dentro da região, de 250 mm/ano a 800 mm/ano). É também o mais populoso, e em nenhum outro as condições de vida são tão precárias como aqui. O subsolo é formado em 70% por rochas cristalinas,

rasas, o que dificulta a formação de mananciais perenes e a potabilidade da água, normalmente salinizada. Por isso, como veremos, a captação da água de chuva é uma das formas mais simples, viáveis e baratas para se viver bem na região. Há déficit hídrico. Mas essa expressão não significa falta de chuva ou de água. O grande problema é que a chuva que cai é menor do que a água que evapora.

Diante das considerações acerca do semiárido é possível compreender um pouco melhor as condições geográficas a qual o Assentamento Bom Lugar I, está inserido. Vale destacar que a realidade existente nesse contexto, expressa a situação de um povo que historicamente vem convivendo com as condições climáticas específicas de um lugar com formação geológica predominantemente de rochas cristalinas, que por sua vez dificulta a criação de mananciais.

De acordo com Malvezzi (2007, p. 12), “O segredo da convivência com o Semi-Árido passa pela produção e estocagem dos bens em tempos chuvosos para se viver adequadamente em tempos sem chuva.” Esse apontamento é extremamente importante para compreendermos que os agricultores do Bom Lugar I, desenvolvem a prática de estocagem de alimentos para os animais, a qual são produzidos dentro da unidade de produção familiar (Figura 4).

Figura 4 – ESTOCAGEM DE ALIMENTO, PRODUZIDO NA AGRICULTURA FAMILIAR: SILAGEM DA PALHA DE MILHO PARA OS ANIMAIS



Fonte: Pesquisa de campo, setembro de 2019.

É identificável que esse tipo alimento é resultado de um trabalho desenvolvido pela

unidade de produção familiar, onde os membros da família, aproveitam o período de chuva e plantam as culturas produtivas e logo depois de alguns meses, colhem a produção e depositam esse produto em estoque de silagem. O tipo de alimento a qual encontra-se estocado é utilizado como ração animal.

O armazenamento da água utilizado para o consumo humano e animal no Bom Lugar I, é feito em cisternas (**Figura 5**) receptoras da água vinda do poço por meio de uma adutora, a qual percorre aproximadamente três (3) quilômetros até chegar nas residências dos agricultores. Vale destacar que a implementação das cisternas, resultado do Programa 1 Milhão de Cisternas, possibilitou um grande avanço e contribuição para os agricultores que em sua maioria não tinham como armazenar água o suficiente para passar o período da estiagem.

Figura 5 – CISTERNA DESTINADA AO ARMAZENAMENTO DE ÁGUA PARA O CONSUMO DOS AGRICULTORES FAMILIARES



Fonte: Pesquisa de campo, setembro de 2019.

Os sujeitos utilizam das cisternas com finalidade de reservar a água, sendo imprescindível para os agricultores. Nesse contexto do semiárido, pode-se mencionar que o uso dessa tecnologia tem melhorado a qualidade de vida das famílias que vivem nos assentamentos de reforma agrária, assim como oportunizou uma melhor estabilidade frente a crise hídrica existente no semiárido, proporcionando a permanência dos agricultores nesse contexto.

A implementação dessa tecnologia, tem como investidor o Governo Federal que por meio de recursos financeiros disponibilizou investimentos para implementar o projeto e realizar a construção desses reservatórios. Diante do levantamento realizado com os agricultores no decorrer da pesquisa de campo, em busca de identificar a existência de uma política no município de Upanema/RN, que propiciasse a convivência com o semiárido, foi identificado a ausência desse assunto em pauta.

É possível identificar um percentual de 13% dos agricultores que produzem alimentos de forma agroecológica, ao passo que 80% não desenvolvem atividades nessa modalidade, enquanto 7% dos entrevistados se abstiveram do assunto. Frente a isso, é possível compreender a predominância da produção de alimentos de forma não agroecológica inserida dentro do referente assentamento pesquisado.

Pensar acerca dos alimentos produzidos na agricultura familiar de forma agroecológica é refletir sobre a qualidade de vida dos agricultores que vivem do alimento oriundo da unidade de produção familiar. A agroecologia é uma alternativa imprescindível para realizar a conciliação da sustentabilidade com a agricultura familiar.

De acordo com Santos *et al* (2014, p. 38)

[...] a agroecologia é um caminho que concilia a agricultura familiar e a sustentabilidade para o espaço rural. Contudo, é necessário reconhecer os desafios da transição de um modelo para outro, que envolve a dimensão econômica, tecnológica, social e cultural. Abordar a perspectiva da sustentabilidade do desenvolvimento no âmbito do espaço rural é reconhecer sua complexidade no que se refere a sua composição social, práticas cotidianas e relações sociais e econômicas, que por vezes se estendem para além desse espaço.

Diante das discussões acerca dos apontamentos mencionados, pode-se destacar que os agricultores do Assentamento Bom Lugar I, estão totalmente conectados com a modalidade de produção de alimentos em contraponto a forma agroecológica. Para que ocorra uma modificação nessa realidade é necessário acontecer políticas públicas, que possibilitem a transição de um modelo para outro, oportunizando de igual modo a realização da produção de alimentos agroecológicos.

Com relação à conservação do solo 67% dos agricultores equivalente ao total de (10) pessoas, usam a cobertura morta do solo como uma prática de conservação, ao passo que 27% equipolente ao número de (4) pessoas, mencionaram utilizar a rotação de cultura como forma de conservar o solo, enquanto 6% elencou que não realiza práticas de preservação, essa percentagem equivale ao total de (1) sujeito.

De acordo com Wadt (2003, p. 9),

O solo é um dos recursos naturais mais importantes para a qualidade de vida do homem. Possui múltiplas funções nos ciclos dos nutrientes, no ciclo da água e também é importante para a sustentabilidade dos sistemas naturais, como as florestas primárias e campos, sendo um dos fatores mais relevantes na determinação da tipologia florestal. Além disso, é fundamental na produção de alimentos e foi muito importante na evolução da espécie humana e no sucesso desta frente às demais espécies.

Diante disso, pode-se evidenciar a relevância do solo como um recurso natural extremamente importante para a vida do ser humano. Assim sendo, compreende-se que a degradação do solo, pode acarretar diversos prejuízos para gerações atuais e futuras (WADT, 2003). É perceptível que os agricultores do Bom Lugar I, em sua maioria não desenvolvem atividades de conservação do solo na produção dos alimentos em conjunto com os membros da família.

Com relação ao acesso dos agricultores familiares ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), 60%, não teve acesso ao programa ao passo que 33% tiveram, enquanto 7% abstiveram-se do assunto. Diante dessa realidade é possível compreender que o PRONAF não contemplou a maioria dos agricultores entrevistados, que por sua vez poderiam ter tido acesso ao programa que possibilitava a execução de novos investimentos dentro da agricultura familiar.

De acordo com Fernandes (2013, p. 12),

O PRONAF nada mais é do que um programa do Governo Federal que apoia o desenvolvimento rural sustentável e busca a garantia da segurança alimentar, através do fortalecimento da agricultura por meio do financiamento para os agricultores, bem como para as suas associações e cooperativas.

Guanziroli (2007, p. 302), vai destacar que,

O PRONAF surge numa época (1995) na qual o elevado custo e a escassez de crédito eram apontados como os problemas principais enfrentados pelos agricultores, em particular os familiares. Após 10 anos de execução não cabe

nenhuma dúvida que o programa se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, ampliou o montante financiado, desenvolveu programas especiais para atender diversas categorias, assumiu a assistência técnica e reforçou a infraestrutura tanto dos próprios agricultores como dos municípios em que se encontra.

A estruturação do programa teve consigo a finalidade de poder contribuir com a realidade existente dos agricultores familiares, oportunizando por consequente o acesso ao crédito, ampliando as condições de investimento do agricultor dentro da unidade de produção familiar.

Com relação a investimento por parte do Banco do Nordeste destinado aos agricultores familiares do assentamento Bom Lugar I, é possível evidenciar que a maioria dos entrevistados, 53% não tiveram acesso ao recurso enquanto 7% teve, ao passo que 40%, não elencou sua opinião acerca desse assunto.

Segundo Zani e Costa (2014, p. 906),

Os agentes bancários, via de regra, desempenham as tarefas relativas ao Pronaf em observância aos princípios financeiros, embora possam valer-se da burocratização para desestimular os empréstimos mais arriscados. Ou seja, mesmo submetidos aos rigorosos mecanismos de controle do sistema financeiro [...] os agentes bancários possuem relativa margem de discricionariedade na implementação da política. A exceção fica por conta do Agroamigo, programa orientado por metodologia específica para atender o setor rural, que é o grande destaque do Banco do Nordeste para operacionalizar o Pronaf. Criado em 2005, trata-se do maior programa de microfinança rural da América do Sul e atende a agricultores do Nordeste e do norte de Minas Gerais enquadrados no Pronaf. A metodologia desse programa pauta-se na orientação para o crédito junto ao produtor; crédito sequencial e gradual; e acompanhamento do crédito após o financiamento; o que explica a centralidade do papel desempenhado pelos assessores de microcrédito [entrevista presencial – BNB].

Na realidade dos agricultores familiares do Bom Lugar I, é identificado que as práticas de convivência com o semiárido implementadas no contexto do assentamento, está diretamente vinculado ao uso de tecnologias sociais utilizados para o armazenamento dos alimentos, assim como, a armazenagem de água, que tem contribuído na qualidade de vida das famílias.

Os dados apresentados, destacam que atualmente não é identificado uma prática agroecológica sendo desenvolvida dentro do assentamento pesquisado. A forma de atuação dos agricultores em relação ao preparo do solo, encontra-se desvinculada da preservação ambiental, o que demonstra ser preocupante em relação as formas de uso do território a qual vem sendo usado pelos agricultores.

Desse modo, as práticas de convivência com o semiárido identificadas no contexto da agricultura familiar, demonstram que os agricultores realizam o armazenamento dos alimentos, como forma de garantir a alimentação da família durante o ano inteiro. Aproveitando o período chuvoso para realizar a plantação, os agricultores desenvolvem suas atividades produtivas na perspectiva de obter uma boa produtividade. As tecnologias usadas no armazenamento da água, e nos demais produtos produzidos pelos agricultores, é imprescindível para a convivência com o semiárido, e expressa uma significativa contribuição para a agricultura familiar no assentamento.

6. O USO DO TERRITÓRIO E RECURSOS FINANCEIROS UTILIZADOS PELOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

O uso do território na agricultura familiar está diretamente relacionado com a forma de organização socioespacial dos agricultores e agricultoras. Nesse sentido, vale mencionar que os recursos financeiros estão intrinsecamente vinculados com o uso do território usado. De acordo com Santos (2007, p. 13) “[...] o território tem que ser entendido como *território usado*, não só o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.”

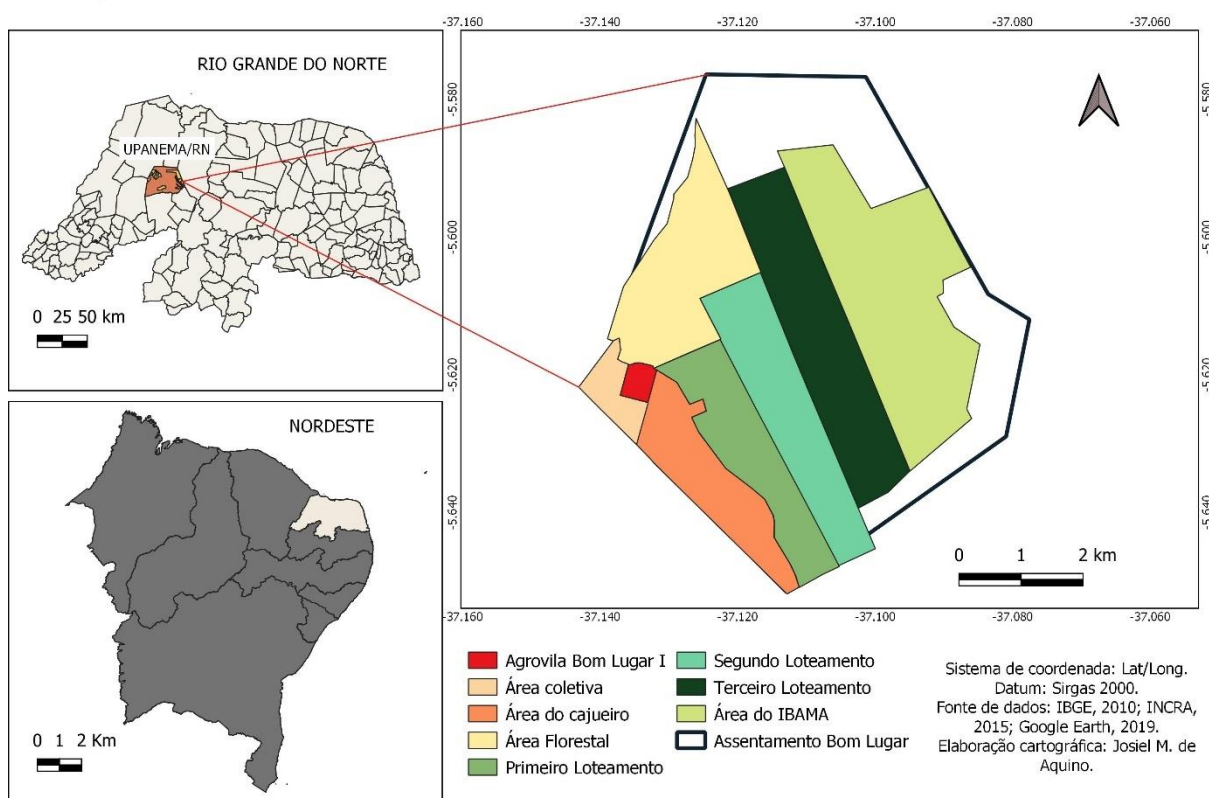
Nesse sentido, o território é um elemento fundamental para a realização do trabalho, assim como o local da residência, o qual constitui o próprio exercício da vida e as relações estabelecidas entre os indivíduos. Frente a isso, o dinheiro aparece, decorrente da vida econômica, constituído de complexidade, onde já não é suficiente a mutualidade exercida na relação de troca de mercadorias ou serviços realizados sem a utilização do pagamento financeiro (SANTOS, 2007).

Com a ampliação das trocas, a amplificação do comércio, com a interdependência crescente entre sociedades, com a produção de um número maior de objetos e de um número maior de valores a trocar, vem a complexificação do dinheiro, como alargamento do seu uso e da sua eficácia. Para garantia de estabilidade das trocas e da produção de cada grupo, aparece a necessidade da regulação, e o dinheiro começa sua trajetória como informação e como regulador (SANTOS, 2007, p. 15).

Diante disso, é compreendido que o dinheiro aparece em detrimento da intensificação das trocas e ampliação do comércio dentro do território, exercido entre as sociedades, utilizado como um instrumento para regulamentar e dinamizar a produção desenvolvida pelos grupos de indivíduo que produziam seus materiais. Desse modo, o dinheiro começa a estabelecer uma regulação, alterando por consequente a dinâmica de vida e organização socioeconômica da população.

Analisando o uso do território no assentamento Bom Lugar I, é possível identificar um conjunto de elementos que estão diretamente vinculados com as noções do território usado, especificamente nas dimensões do uso do território pela, habitação, pecuária, agricultura e apicultura. Todos esses usos do território, estão inseridos na espacialidade geografia do Bom Lugar I, conforme expressa o **Mapa 2**.

Mapa 2 - EXPRESSÕES ESPACIAIS DOS USOS DO TERRITÓRIO NO ASSENTAMENTO BOM LUGAR I, EM UPANEMA/RN



Fonte: INCRA, (2015) Google Earth, (2019). **Elaboração Cartográfica:** Josiel M. de Aquino, 2019.

Em conformidade com o **Mapa 2**, pode-se perceber um conjunto de informações acerca dos usos do território no assentamento Bom Lugar I, inseridos dentro de uma delimitação territorial, que tem como ponto inicial de análise, a localização da Agrovila Bom Lugar I. Nessa espacialidade é possível constatar o uso do território pela habitação, onde fica localizado a residência dos agricultores e agricultoras, conforme mostra **(Figura 6)**.

FIGURA 6 - USO DO TERRITÓRIO PELA HABITAÇÃO

Fonte: Google Earth, 2020.

Dentro da formação estrutural do assentamento, podemos observar como se organiza a moradia dos agricultores, evidenciando por consequente um conjunto de elementos expressos na imagem apresentada. De acordo com Ribeiro e Salamoni (2011), é possível compreender que dentro dos assentamentos de Reforma Agrária, é construído identidades e pertencimentos com o território, a partir de uma relação estabelecida na apropriação do território, onde os agricultores e agricultoras passaram a viver e desenvolver suas atividades produtivas na agricultura.

Nesse sentido, os agricultores do assentamento Bom Lugar I, encontram-se enquadrados nessa análise, por estarem incluídos numa espacialidade constituída de territorialidade, exercida dentro do território que antes da formação do assentamento, encontrava-se improdutivo.

Frente a isso, temos a área coletiva, dentro da espacialidade do Assentamento Bom Lugar I, onde os agricultores realizam o uso do território pela pecuária, especificamente, trabalhando com a bovinocultura e ovinocultura. Essas duas modalidades de criação de animais, estão concentradas na área coletiva, área florestal e área do cajueiro (**Figura 7**).

FIGURA 7 – USO DO TERRITÓRIO PELA PECUÁRIA



Fonte: Pesquisa de campo, abril de 2020.

A área coletiva, é usada como um local de pastagem para os animais pertencentes aos moradores do assentamento, ao passo que a área florestal tem a finalidade de preservar a mata nativa, pertencente ao bioma caatinga, sendo concomitantemente usada para a criação de animais. Frente a isso, a área do cajueiro, contém a presença de dois usos do território, são eles: a pecuária e apicultura (**Figura 8**).

FIGURA 8 – USO DO TERRITÓRIO PELA APICULTURA

Fonte: Pesquisa de campo, abril de 2020.

O uso do território pela apicultura, encontra-se inserido especificamente na área do cajueiro em conjunto com o uso do território pela pecuária. Nesse contexto, é possível destacar que o uso do território pela pecuária está expresso, com um maior uso do território em comparação com a apicultura, isso pelo fato de evidenciarmos uma presença superior da pecuária em comparação com a apicultura.

Com relação ao uso do território pela agricultura, vamos observar que esse respectivo território usado, é localizado na espacialidade dos lotes, onde fica o primeiro loteamento, segundo loteamento e terceiro loteamento. Nesse território, ocorre a produção dos alimentos, desenvolvidos pelos agricultores familiares, conforme mostra **(Figura 9)**.

FIGURA 9 – USO DO TERRITÓRIO PELA AGRICULTURA

Fonte: Pesquisa de campo, abril de 2020.

De acordo com a pesquisa desenvolvida no assentamento Bom Lugar I, pode-se mencionar que 67% dos agricultores estão utilizando 2 hectares enquanto 27% encontra-se realizando o uso de 3 hectares, ao passo que 6% está atualmente manuseando 1 hectare. É possível destacar que os agricultores familiares não dependem de grandes quantidades de terras para realizar a plantação dos seus alimentos.

O Bom Lugar I, contém um quantitativo de três loteamentos, sendo que o primeiro loteamento é constituído de (27) lotes ao passo que o segundo loteamento se constitui com (33) lotes e o terceiro e último loteamento tem consigo um total de (47). Evidencia-se dentro desses três loteamentos uma totalidade de (103) lotes, os quais são dos agricultores que moram no Bom Lugar I.

Todos os agricultores da referente localidade têm um total de (12) hectares de terra dentro do seu próprio lote para realizar a plantação das culturas produtivas, o que possibilita por sua vez a produção dos alimentos, onde cada agricultor realiza a sua plantação de forma individual. Podemos evidenciar que no Bom Lugar I, é usado uma pequena porção de terra para a realização das atividades produtivas em comparação com a produtividade ligada ao agronegócio.

Em relação a área do IBAMA, conforme está presente no território do assentamento Bom Lugar I, é possível destacar que a sua finalidade é manter em preservação a fauna e flora da referente espacialidade. Dessa forma, pode-se destacar que o uso do território nessa área,

não ocorre pela agricultura, pecuária, habitação ou apicultura, esse local é direcionado unicamente para manter a preservação da natureza.

Frente a isso, o assentamento Bom Lugar contém em sua espacialidade um total de três agrovilas. A agrovila Bom Lugar I, é pertencente ao município de Upanema/RN, agrovila Bom Lugar II e Bom Lugar III, pertence ao município de Assú/RN. Desse modo, é possível compreender que as considerações realizadas acerca do uso do território, estão diretamente relacionadas com a agrovila Bom Lugar I, do município de Upanema. Assim sendo, o assentamento Bom Lugar, contempla em sua dimensão territorial usos do território que estão inseridos dentro de um território usado por dois municípios distintos.

Com relação à existência de problemas ambientais causados pela agricultura familiar no Assentamento Bom Lugar I, 87% dos agricultores afirmaram não existir problemas ambientais causados pela prática da agricultura familiar no referente assentamento pesquisado, ao passo que 13% afirmam a existência.

A realidade apresentada acerca do Bom Lugar I, expressa a veracidade de que os agricultores familiares não têm usado uma vasta quantidade de terra para a realização de atividades ligadas ao cultivo das culturas produtivas. Assim sendo, podemos perceber que os resultados concludentes sobre a ocorrência da utilização da área produtiva na agricultura familiar, não se caracteriza como um aumento exponencial, pelo contrário, o que existe é uma estabilidade acerca do uso desse território ao longo dos anos.

Ao longo da pesquisa desenvolvida, foi possível identificar que alguns agricultores não realizam o arrendamento do lote pelo fato de preservar o local que eles utilizam para realizar a plantação das atividades produtivas e por não ter o interesse em arrendar. Em contraponto a esse apontamento, foi identificado alguns agricultores mencionando que arrendavam o lote porque precisavam do dinheiro e não tinham outra alternativa. No **Quadro 3**, vamos verificar adiante os respectivos valores relacionado ao tempo de duração do arrendamento que os (6) agricultores mencionaram.

QUADRO 3 – VALORES REFERENTES AO ARRENDAMENTO DOS LOTES

Tempo de duração	Valor (R\$)	Quantidade de agricultores
Um ano	R\$ 200,00	1 Pessoa
Um ano	R\$ 250,00	1 Pessoa
Um ano	R\$ 300,00	3 Pessoas
Um ano	R\$ 350,00	1 Pessoa

Fonte: Pesquisa de campo, agosto de 2019.

Os critérios que podem ser considerados, para a obtenção do maior valor apresentado, está relacionado com o fato do lote ter uma boa forragem para os animais e despertar o interesse do arrendatário.

Diante disso, Ramos (2006. p. 4), vai destacar que,

[...] a possibilidade de ocorrer arrendamento em uma determinada parte do lote não deve ser descartada por mero princípio. Ela efetivamente pode contribuir para com a elevação de renda da família e, assim, pode mesmo auxiliar, dependendo principalmente das condições contratuais, mas também da postura e conduta do assentado, os esforços e iniciativas para que ocorram outras produções ou explorações no lote.

Frente a isso, Castro (2017, p. 466) menciona que,

[...] o arrendamento rural é visto como um contrato que, por ser limitado no tempo, não dá a posse definitiva da terra para que a família garanta o horizonte das gerações, com uma organização própria do tempo e do espaço. A questão da posse repercute também sobre a autonomia que o agricultor necessita para gerir suas atividades. A seu ver, o arrendamento rural não dá liberdade suficiente para agir conforme as necessidades da família, afinal, existem cláusulas pré-definidas para uso, fruição e produção.

O arrendamento dos lotes, conforme afirma Moraes e Santana (2015, p. 600) “[...] tornou-se uma prática comum entre os assentados [...]”. Guedes, Cazella e Capellesso (2018, p. 105) vão mencionar que “O arrendamento de terras representa uma estratégia de reprodução social, geralmente, complementar a outras fontes de renda das famílias de agricultores.” No Bom Lugar I, o arrendamento dos lotes, se enquadra como uma renda destinada a unidade de produção familiar, onde o agricultor se apropria do investimento recebido, e realiza a aplicabilidade desse recurso de acordo com a necessidade da família.

Nesse contexto, pode-se mencionar que a realidade existente em relação ao arrendamento dos lotes no Bom Lugar I, é identificada como uma prática presente no contexto da comunidade, contudo não sobrepõe o número de pessoas que não arrendam o lote. Frente a isso, os agricultores destacam a falta de investimento financeiro por parte do município, sobretudo no intensificar das atividades produtivas desenvolvidas na agricultura familiar, o que poderia proporcionar uma melhor estabilidade dos agricultores no contexto da produção dos alimentos.

7. POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PRODUÇÃO FAMILIAR

É preciso formular o entendimento acerca da preservação do meio ambiente mediante a implementação de estudos que possibilitem a reflexão, sobretudo em relação às formas de trabalho desenvolvido pelos agricultores familiares. Frente aos apontamentos é possível compreender que é de suma importância abordar essas discussões, assim como ampliar as concepções sobre a questão ambiental.

Cerca de 47% dos agricultores afirmam não realizar queimadas no lote, enquanto evidenciaremos uma percentagem equivalente a 40% realizando essa prática, ao passo que houve um valor correspondente aos 13% se abstendo-se da discussão. A preservação do lote é extremamente importante para manter a qualidade dos alimentos produzidos nesses espaços, possibilitando a contenção de problemas ambientais, provocados pelas queimadas. Os agricultores que realizam queimações, podem em grande medida acarretar alterações no meio ambiente, afetando inconscientemente a produção dos alimentos e alterando a qualidade do solo.

Segundo Ferreira (2009, p. 4)

Ao longo dos anos a agricultura familiar vem sendo criticada por suas práticas agrícolas tradicionais de desmatamento e queimadas. Isso se deve principalmente pela falta de alternativas socializadas além da pouca troca de experiências entre instituições e as comunidades e principalmente pela falta de uma política pública.

É possível compreendermos que as queimadas existentes dentro da agricultura familiar em grande medida estão relacionadas com a falta de alternativas que possibilitem uma melhor relação entre os agricultores e o meio ambiente, oportunizando uma melhor relação com o desenvolvimento sustentável. A existência de diálogo entre instituições governamentais e não governamentais com os agricultores familiares poderiam possibilitar a contenção dessas práticas de queimadas dentro dessa modalidade de agricultura.

Subtende-se com base no levantamento das informações que para alguns agricultores, realizar queimadas nos lotes não compromete a natureza e muito menos interfere na realização das atividades produtivas. 73% dos agricultores afirmam que não é realizado controle de pragas e doenças na plantação a qual é produzida nos lotes, ao passo que 27% destacam que é realizado o controle através de produtos químicos.

É evidente que a aplicação de produtos químicos na plantação pode causar diversos

problemas com o solo, causando por consequente impactos ambientais atrelados com complicações na saúde dos agricultores.

É compreendido que boa parte dos agricultores estão buscando realizar o controle de pragas com alternativas sustentáveis, buscando preservar o meio ambiente, assim como a biodiversidade e por consequente manter a saúde do agricultor e consumidor dos alimentos que não contem produtos agroquímicos. Assim sendo, pode-se destacar que os agricultores familiares da localidade do Bom Lugar I poderiam implementar práticas sustentáveis na contenção das pragas ocorrentes na plantação que eles desenvolvem nos lotes. O **Quadro 4** evidencia o destino dos resíduos sólidos e líquidos que são produzidos na unidade familiar dos agricultores e agricultoras familiares do Bom Lugar I.

Quadro 4 – DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E LÍQUIDOS DA UNIDADE FAMILIAR DOS AGRICULTORES E AGRICULTORAS

Resíduos Sólidos		Resíduos líquidos	
Queima	7%	Fossa Séptica	100%
Coleta da prefeitura	0%	Na rede de esgoto	0%
Enterrado	93%	Reutilizado	0%
Céu aberto	0%	Céu aberto	0%

Fonte: Pesquisa de campo, agosto de 2019.

Essa realidade está diretamente relacionada com o fato dos agricultores não terem na localidade a coleta do lixo, o que poderia por consequente minimizar as incidências de queima desses resíduos.

Silva *et al* (2014, p. 596) vai dizer que,

[...] a falta de um sistema eficiente para descarte dos resíduos das localidades rurais pode ocasionar sérios problemas ao ambiente, como contaminação da água, solo e alimentos produzidos nas plantações, prejudicando a saúde humana, dado seu potencial de gerar insetos e outros tipos de pragas. Entretanto, nesse cenário em que não existe coleta do lixo, e a deposição é feita em áreas impróprias, o meio encontrado pelos assentados para descartar esses resíduos de forma mais rápida é a queima.

É importante destacar que a modalidade de fossa existente na unidade familiar dos agricultores é contida de algumas irregularidades, como a ocorrência de vazamento líquido, impermeabilizando no solo, causando o comprometimento da qualidade do terreno e propiciando, por conseguinte o aparecimento de doenças que podem ser adquiridas através do contato com o solo.

Figura 10 – FOSSA SÉPTICA USADA PARA DEPOSITAR OS RESÍDUOS LÍQUIDOS DA UNIDADE FAMILIAR



Fonte: Pesquisa de campo, setembro de 2019.

Identifica-se que atualmente no Bom Lugar I, não existe coleta seletiva acerca dos resíduos sólidos, o que de igual modo propícia a realização de queima e o enterramento desses resíduos, produzidos na unidade familiar dos agricultores. Essa atuação dos agricultores, está diretamente vinculado com uma prática insustentável, onde por sua vez, ocasiona diversos problemas ao meio ambiente, provocando, sobretudo, a emissão de poluentes.

8. CONCEPÇÕES ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO O ENTENDIMENTO DOS/AS ENTREVISTADOS/DAS

Para compreendermos o entendimento dos agricultores sobre a realidade da agricultura familiar no Bom Lugar I, foi analisado a opinião dos entrevistados, na perspectiva de compreender como se dava o contexto dessa modalidade de agricultura, levando em consideração um conjunto de apontamentos que estão intrinsicamente conectados com o contexto de vida desses sujeitos. Diante disso, foi analisado inicialmente as contribuições e desafios identificados pelos agricultores, no que se refere a agricultura familiar, conforme expressa o **Quadro 5**.

Quadro 5 – CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS ENCONTRADOS DENTRO DA AGRICULTURA FAMILIAR

Contribuições da agricultura familiar	Percentual (%)	Desafios encontrados na agricultura familiar	Percentual (%)
Qualidade do alimento	27%	Insetos que atacam a lavoura	6%
Ajuda na alimentação da família	73%	Falta de investimento	27%
		Falta de água	67%

Fonte: Pesquisa de campo, agosto de 2019.

Diante dos dados apresentados a maioria dos entrevistados mencionou à ajuda na alimentação da família, como uma contribuição da agricultura familiar, imprescindível para a unidade familiar dos agricultores familiares, chegando ao total equivalente a 73% de acordo com o levantamento.

Em contraponto a essas informações é possível destacar que a falta de água encontra-se com um total de 67% das opiniões dos agricultores, sendo a maior percentagem relacionada aos desafios encontrados na agricultura familiar no Bom Lugar I. Nesse sentido, é válido mencionar que a falta de água, é correspondente ao fato dos agricultores familiares não terem água suficiente para produzir suas culturas produtivas durante o ano inteiro, embora que a localidade disponha de dois poços de água em pleno funcionamento.

A maioria dos agricultores estão mantendo contato com algum tipo de associação ou organização. As associações desempenham um papel extremamente importante no processo de articulação dos agricultores familiares, sobretudo no que diz respeito ao alcance de direitos e o

acesso a programas ligados à implementação de projetos.

No Bom Lugar I, é identificável a existência de uma associação formada por agricultores que moram no referente assentamento. Na presidência da associação tem um presidente e vice-presidente que buscam manter os agricultores atualizados acerca dos encaminhamentos e informativos repassados pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) do Município de Upanema/RN.

Assim sendo, é desenvolvido reuniões com todos os moradores da localidade, buscando realizar o esclarecimento de dúvidas acerca da aquisição de projetos e programas que estejam ao alcance dos moradores da comunidade, dentre outros assuntos vinculados à realidade dos agricultores familiares. Diante disso, vale ressaltar que mesmo existindo essa associação é possível identificar com base no levantamento das informações, um total de 14% dos entrevistados que não mantém vínculo com a associação do assentamento.

Os agricultores familiares da referente localidade desenvolvem suas atividades com base nos seus próprios conhecimentos, sem o uso de contribuições provenientes da assistência técnica, a qual poderia possibilitar a realização de atividades vinculadas à realização de produção dos alimentos cultiváveis.

Pode-se mencionar que a assistência técnica é imprescindível no aprimoramento de práticas e execução de atividades que os agricultores familiares podem está desenvolvendo em conjunto com a família dentro da unidade produtiva. Frente a isso, é possível compreender que os agricultores familiares, historicamente sempre estiveram recebendo pouca assistência técnica em relação às atividades que eles desenvolvem no contexto da agricultura familiar.

De acordo com Castro e Pereira (2017, p 37),

Historicamente, no Brasil, os pequenos agricultores sempre foram marginalizados no acesso à Ater. Mesmo na época áurea da extensão rural pública, época da Embrater, o público-alvo das instituições públicas de Ater era, primordialmente, constituído de médios e grandes agricultores produtores de produtos voltados para o mercado externo (como soja e milho).

Assim sendo, Castro (2015), vai destacar que o Especialista em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) tem uma grande contribuição, sobretudo na elaboração de projetos e contribuições acerca da produtividade das culturas produtivas, dentre outros encaminhamentos que eles podem está desenvolvendo em conjunto com os agricultores familiares de forma dialogada.

A atuação da existência técnica com os agricultores familiares proporciona resultados significativos e essa realidade é comprovada, dentre outros, por Lima, Oliveira e Pires (2010).

É evidente que no Brasil os sindicatos dos trabalhadores rurais têm atuado ao longo dos anos na perspectiva de possibilitar propostas e alternativas. Mediante o levantamento das informações é possível compreender que a realidade do Bom Lugar I, encontra-se constituída com um total de 40% de pessoas que não mantém vínculo com o sindicato. É sabido que a sindicalização desses agricultores é imprescindível, sobretudo no que diz respeito à obtenção de seus direitos, enquanto agricultores familiares.

Apesar disso, a maioria dos entrevistados, reconhecem a ocorrência de uma melhora na agricultura familiar, sobretudo em termos comparativos com a realidade dos pais. Em contraponto a essas informações é perceptível a existência de uma minoria mencionando que essa modalidade de agricultura está melhor em todos os aspectos. A maioria dos agricultores familiares, equivalente ao percentual de 80% dos entrevistados, afirmaram ter perspectiva na agricultura familiar, como um futuro para a sua própria família, ao passo que 20% dos participantes da pesquisa não mencionaram suas opiniões.

Torna-se entendido, conforme afirma Abramovay (2001) que mesmo os agricultores familiares contendo pouca estabilidade financeira é possível identificar a atuação dos filhos buscando seu futuro dentro da agricultura familiar, como uma forma de continuar exercendo essa atividade. Frente a isso, é perceptível que os filhos de famílias com maior condição financeira, que trabalham na agricultura familiar, visualizem a continuidade dessa modalidade de agricultura, com uma concepção promissora. No Assentamento Bom Lugar I 80% dos entrevistados gostariam que seus filhos continuassem com a profissão de agricultor familiar.

Em relação a ocorrência de um problema, que comprometa a produção de alimentos e apresente dificuldade financeira para os agricultores, foi possível compreender que 47% dos entrevistados elencaram que buscariam aperfeiçoamento tecnológico para melhorar a produção na propriedade, ao passo que 40% destacaram que iriam procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, enquanto um total de 13% destacaram que preferiam continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe ou volte ao normal.

A agricultura familiar no Assentamento Bom Lugar I, apresenta uma realidade constituída de possibilidades e desafios, amplamente conectada com a vida dos agricultores que estão diariamente desenvolvendo essa modalidade de agricultura. Nessa perspectiva, vale destacar que os agricultores reconhecem a importância da agricultura familiar, como uma alternativa de produção de alimentos, para ajudar na alimentação da família, mesmo existindo dificuldades e complicações acerca de problemas recorrentes nesse contexto, os referentes entrevistados, destacam a satisfação em poder produzir o seu próprio alimento.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da referente pesquisa foi realizar um diagnóstico da Agricultura familiar no Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I, identificando os desafios e possibilidades dos agricultores nessa atividade e as relações com o Uso do Território; Desenvolvimento Sustentável e a Convivência com o Semiárido, onde buscou ao longo da pesquisa de campo um percurso metodológico, o qual foi descrito anteriormente, sendo de grande contribuição nas discussões e resultados obtidos, o que por consequência possibilitou a construção das considerações finais do referente trabalho.

A agricultura familiar é considerada uma modalidade de agricultura, onde a família realiza o trabalho nas unidades produtivas no meio rural em poucas hectares de terra. A realidade existente no Assentamento Bom Lugar I, demonstra que a agricultura familiar vem sendo desenvolvida pelas famílias que moram no referente assentamento e utilizam de pequenas especialidades para produzir os alimentos.

Os desafios encontrados na realização da modalidade de agricultura familiar encontram-se diretamente vinculados com a falta de assistência técnica auxiliando os agricultores ao longo da produção dos alimentos, investimento financeiro, água direcionada para o uso da plantação durante o período da estiagem, e etc.

Destaca-se a necessidade de implementar uma política interna no município de Upanema, voltada para o Desenvolvimento Sustentável e a Convivência com o Semiárido, proporcionando alternativas na produção de alimentos com base na sustentabilidade, propiciando uma melhor utilização do uso do território, com enfoque na preservação da natureza.

Atualmente as principais atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores familiares no Bom Lugar I, tem um direcionamento voltado para a unidade de produção familiar como um complemento alimentar para as famílias. Até o presente momento a produção restringe-se ao período do inverno, onde os agricultores e agricultoras desenvolvem suas atividades produtivas, o que limita a produtividade e possibilidade de direcionar essa produção como um complemento econômico na renda familiar, proporcionando uma melhor autonomia econômica dos agricultores.

Com relação as práticas de convivência com o semiárido é identificado uma atuação por parte dos agricultores, diretamente vinculada com a sustentabilidade, sobretudo no que diz respeito ao armazenamento dos alimentos que são produzidos na unidade de produção familiar,

com o uso de materiais que estariam sendo direcionado para o lixo, como as garrafas pet, dentre outros equipamentos utilizados nesse processo de armazenagem.

Assim sendo, é percebido uma relação ecológica entre o agricultor familiar e o meio ambiente, especificamente na forma como se guarda os alimentos produzidos na agricultura familiar no contexto do assentamento Bom Lugar I. A utilização das técnicas de convivência com o semiárido na agricultura familiar, possibilita a compreensão de que os agricultores, desenvolvem mecanismos estratégicos para obter um melhor aproveitamento dos recursos tecnológicos existentes na realidade local do semiárido.

A agroecologia no contexto da agricultura familiar é imprescindível para manter a sustentabilidade e proporcionar uma qualidade alimentar sustentável para os agricultores familiares. No entanto, a realidade local do referente assentamento, demonstra que o processo produtivo dos alimentos, não é realizado de forma agroecológica, o que por consequente destaca-se a necessidade de realizar o processo de transição na modalidade de produção dos alimentos para agroecologia, buscando obter uma melhor qualidade na produtividade das culturas produtivas.

Analisando o uso do território dentro da espacialidade do assentamento, é evidenciado que os agricultores familiares conseguem desenvolver seus produtos, usando uma pequena parcela do território existente dentro do lote. Frente a isso, podemos perceber que o território usado pelos agricultores familiares não aumentou ao longo dos anos e continua mantendo uma estabilidade em relação ao nível da área usada para a plantação.

No contexto do assentamento Bom Lugar I, é compreendido que os recursos financeiros direcionados para agricultura familiar, estão concentrados especificamente no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), assim como, as linhas de créditos oferecidas pelo Banco do Nordeste.

A realidade da agricultura familiar do Bom Lugar I, com o desenvolvimento sustentável é preocupante, sobretudo em relação as práticas de queimadas que são identificadas nos lotes, bem como o controle de pragas na plantação com o uso de produtos químicos na agricultura familiar, assim como a falta de políticas públicas voltadas para estabelecer uma atuação da assistência técnica diretamente com os agricultores e agricultoras.

Frente a isso, pode ser concluído que a atuação de instituições governamentais ou não governamentais, poderiam possibilitar por meio do diálogo, uma mudança no comportamento dos agricultores em relação as práticas que estão desvinculadas do desenvolvimento sustentável, possibilitando uma melhor atuação no campo da sustentabilidade na produção familiar dos agricultores, assim como a implementação de políticas públicas comprometidas

com o desenvolvimento sustentável e a convivência com o semiárido, reduzindo os impactos ambientais na realidade dos Assentamentos de Reforma Agrária no Município de Upanema/RN.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**. ANAIS. Recife, 2001.

_____, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 3. ed. - São Paulo: Edusp, 2007. 296 p.

ALTAFIN, I. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. **Brasília: CDS/UnB**, p. 1-23, 2007.

BERNARDO, E; RAMOS, H. R. Desenvolvimento Sustentável na agricultura familiar. In: **V International symposium on project management, innovation, and sustainability (SINGEP)**, Sao Paulo. 2016.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos avançados**, v. 11, n. 31, p. 37-49, 1997

BOGDAN, R. BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Lisboa, Portugal. Porto, 2008.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 205, 2004.

BUAINAIN, Antônio Márcio. Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate. **CEP**, v. 71, p. 450, 2006.

CALDART, R. S. et al (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2012. 788 p.

_____, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 207-224, 2001.

CASTRO, C. N; PEREIRA, C. N. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de ATER. Texto para Discussão (IPEA), v. 2343, p. 1-48, 2017.

_____, C. N. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA), v. 12, p. 51-62, 2015

CASTRO, L. F. P. Dimensões e Lógicas do Arrendamento Rural na Agricultura Familiar: Um Estudo de Caso. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 10, n. 2, p. 437-457, 2017.

COMUM, Nosso Futuro. Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. **Rio de Janeiro: FGV**, 1991.

COSTA, H. S. Tecnologia apropriada para a agricultura familiar sustentável do semi-árido brasileiro: bombeamento solar de água para irrigação localizada. **Proceedings of the 6. Encontro de Energia no Meio Rural**, 2006.

COSTA, J. P; RIMKUS, L. M; REYDON, B. P. Agricultura familiar, tentativas e estratégias para assegurar um mercado e uma renda. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2008.

DANTAS, J. S; FAJARDO, S. Uso do território, territorialidade e paisagem rural no Vale do Ivaí (PR): resultados a partir da atuação da Cooperval. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 12, n. 27, p. 85-104, 2017.

FACCIN, O. P; SCHMIDT, C E. F. Sucessão nas propriedades rurais familiares integrantes de uma cooperativa agropecuária. **Reflexão cooperativista. Porto Alegre-RS. SESCOOP/RS**, n. 3, p. 157-161, 2014.

FERNANDES, A. M. S. **O PRONAF na Agricultura Familiar: SUA CRIAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E PRINCIPAIS RESULTADOS**. 2013. 58 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. **Revista OSAL**, v. 9, p. 1-10, 2008.

FERREIRA, J. H. O. et al. Sistemas Agroflorestais na Agricultura Familiar como Alternativa para Diversificação da produção e redução de queimadas no Nordeste Paraense. In: VII Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais. Diálogo e integração de saberes em sistemas agroflorestais para sociedades sustentáveis, Anais, Luziânia. EMATER-DF: Embrapa, 2009.

FERREIRA, L. B; TORRECILHA, N; MACHADO, S. H. S. A técnica de observação em estudos de administração. **ENCONTRO DA ANPAD**, v. 36, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1946.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Revista de economia e sociologia rural*, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

GUEDES, A. C; CAZELLA, A. A; CAPELLESSO, A. J. O arrendamento de terras no Brasil: subsídios para políticas públicas. **Revista Grifos**, v. 27, n. 44, p. 104-125, 2018.

HOFFMANN, R. A agricultura familiar produz 70% dos alimentos consumidos no Brasil?. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 21, n. 1, p. 417-421, 2014.

INCRA/FAO. Novo Retrato da Agricultura: o Brasil redescoberto. Brasília: MDA, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**.

Disponível em:

<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/default.php?cod1=24&cod2=241460&cod3=24&frm=urb_rur>. Acesso em: 15 abr. 2019.

KAHIL, S. P. Usos do território: uma questão política. In **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

LIMA, F. A. X; OLIVEIRA, M. C. C. ; PIRES, M. L.L.E.S. Agricultura familiar e a prática da Extensão Rural: A dinâmica do município de Tauá - CE. In: 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), Campo Grande. Tecnologias, Desenvolvimento e Integração Social, 2010.

MALVEZZI, R. Semi-Árido – Uma visão holística. 1. ed. Recife: Imprinta Express, 2007. 140 p.

MATTE, L. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. In: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v.

20, n. 1, 2012.

MORAES, M. D; SANTANA, A. L. Características Socioeconômicas do Assentamento Banco da Terra, Nova Xavantina (MT): uma análise sob a ótica da adoção ou construção de conhecimentos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 4, p. 589-606, 2015.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. In: FERNANDES, B. M; MARQUES, M.I.M; SUZUKI, J. C (orgs). **Geografia Agrária: teoria e poder**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 384 p.

PEREIRA, M. F. V. Território e política: práxis invertidas e desafios da existência. **Sociedade & Natureza**, v. 23, n. 1, p. 95-104, 2011.

PESSOA, Y. S. R. Q; ALCHIERI, J. C. Qualidade de vida em agricultores orgânicos familiares no interior Paraibano. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 34, n. 2, p. 330-343, 2014.

PLOEG, J. D. V. “Sete teses sobre a agricultura camponesa”. In: Peterson, P. (org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro, ASPTA, p.17-32, 2009.

RAMOS, P. O arrendamento nos lotes dos projetos de assentamento de trabalhadores rurais: uma possibilidade a considerar? In: Anais do XLIV congresso da SOBER. Fortaleza, CE. Julho de 2006.

ROCHA, S. R. J; CABRAL, J. P. C. Aspectos Históricos da Questão Agrária no Brasil. **Produção acadêmica**, v. 2, n. 1, p. 75-86, 2016.

RIBEIRO, V. S; SALAMONI, G. A territorialização camponesa no Assentamento 24 de Novembro–Capão do Leão–RS. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 6, n. 11, 2011.

SABOURIN, E. Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 16, no. 2, 2008.

SANTOS, C. F. et al. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 2, p. 33-52, 2014.

SANTOS, M. S. et al. Sementes crioulas: Sustentabilidade no semiárido paraibano. **Revista**

Agrarian Academy, Centro Científico Conhecer-Goiânia, v. 4, n. 7, p. 403, 2017.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006. 260 p.

_____, M. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2007.

_____, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. Org. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994, p.15-20.

SALVADOR, D. S. C. O. O Território Usado e o Uso Atual do Território do Agreste Potiguar. **Holos**, v. 2, p. 110-131, 2009.

SASSO, L et al. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, 2007.

SAVOLDI, A; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, v. 5, n. 1, 2010.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. S; CASSOL, A. A agricultura familiar no Brasil. Porto Alegre, Relatório de pesquisa. **FIDA/RIMISP**, 2013.

_____. S; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p. 989-1014, 2008.

_____, S. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. **Redes: revista do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul, RS. Vol. 21, n. 3, pt. 2 (set./dez. 2016), p. 11-43, 2016.

SILVA, S. P. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: Uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015

SILVA, A. M. Á. et al. Perfil Socioeconômico de Agricultores Familiares do Município de Muniz Freire, Espírito Santo. *Revista Guará*, v. 1, n. 5, 2006.

SILVA, E. P. Agricultura familiar: um todo indivisível? In: La multifuncionalidade de los espacios rurales de la Península Ibérica: actas del IV Colóquio Hispano-Portugués de Estudios Rurales. 2014.

VEIGA, J. E. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996.

VIANA, L. S. et al. Contextualizando a Realidade do Uso de Agrotóxicos na Agricultura Familiar. **Extensão em Ação**, v. 1, n. 13, p. 54-68, 2017.

VIDAL, D. L; SANTOS, D. P. A. Realidade territorial de unidades familiares no semiárido brasileiro. **Tempo Social**, v. 28, n. 1, p. 55-83, 2016.

WADT, P. G. S. Práticas de conservação do solo e recuperação de áreas degradadas. 1. ed. Rio Branco: **Embrapa Acre-Documents (INFOTECA-E)**, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**, v. 3, p. 21-55, 1999.

ZANI, Felipe Barbosa; DA COSTA, Frederico Lustosa. Avaliação da implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar—novas perspectivas de análise. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 4, p. 889-912, 2014.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

QUESTIONÁRIO ACERCA DOS/AS AGRICULTORES/AS VINCULADOS/AS À AGRICULTURA FAMILIAR NO PROJETO DE ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA BOM LUGAR I

PERFIL DO ENTREVISTADO
1. Nome:
2. Idade:
3. Sexo: () Masculino () Feminino () Outros
4. Naturalidade: Município: Estado: RN
5. Estado Civil: () Solteiro () Casado
6. Número de filhos: Entre: () 0 Zero () 1 e 4 () ou Mais de 5 () Idades: () Menos de 4 () Mais de 5 () Entre 10 e 20 () Mais de 21 ()
7. Qual a sua Cor/Etnia?
8. Há quantos anos você reside no Assentamento?
9. Estuda: () Sim () Não
10. Se Não Estuda, estudou até que série?
11. Se Estuda, qual o grau de escolaridade?
• EJA () • Ensino Fundamental Incompleto () • Ensino Fundamental Completo () • Ensino Médio Incompleto () • Ensino Médio Completo () • Ensino Superior () • Especialização () Mestrado () Doutorado ()
12. Você trabalha? () Sim () Não
13. Se sim, em que? () Agricultura () Comércio () Pecuária () Empresa () autônomo () Outros
14. Qual a sua renda mensal?
• Sem Renda () • Até 1 Salário Mínimo () • 1 Salário Mínimo () • 1 a 2 Salários Mínimos () • 2 a 4 Salários Mínimos () • Acima de 4 Salários Mínimos ()
AGRICULTURA FAMILIAR E AS PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS
1. Quais os alimentos que você produz, atualmente, na Agricultura Familiar?
2. Como você consegue as sementes para realizar a sua plantação?
3. O que você planta na Agricultura Familiar é suficiente para alimentar sua família? () Sim () Não

4. O que você produz atualmente na Agricultura Familiar é destinado à venda ou consumo interno da família?
5. Você consegue realizar as atividades produtivas durante o ano inteiro? () Sim () Não
6. Quais as principais dificuldades na realização das atividades produtivas na Agricultura Familiar?
7. Qual o ponto positivo que você consegue identificar na realização das atividades produtivas existentes na Agricultura Familiar?
8. Existe algum investimento por parte do Município de Upanema/RN, para a realização das atividades produtivas na Agricultura Familiar no Assentamento Bom Lugar I? () Sim () Não
9. Na realização das atividades produtivas é utilizado algum tipo de agrotóxico? () Sim () Não Por que?
10. Participou de alguma atividade de capacitação sobre as atividades produtivas nos últimos 15 anos? () Sim () Não Porque?
AGRICULTURA FAMILIAR E AS PRÁTICAS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO
1. Como você guarda os alimentos produzidos na Agricultura Familiar?
2. De onde vem a água usada na produção dos alimentos?
3. A água usada na produção dos alimentos é suficiente para manter a produção na Agricultura Familiar? () Sim () Não
4. Onde você armazena a água para o consumo humano e de onde ela vem?
5. O que você utiliza para conseguir manter a produção de alimentos durante a estiagem?

6. De que forma, você realiza a preservação do solo utilizado na Agricultura Familiar?
7. Existe alguma política no município que possibilite a discussão acerca da convivência com o semiárido? () Sim () Não
8. Na sua propriedade tem culturas produzidas na Agricultura Familiar de forma agroecológica? () Sim () Não
9. Quais são as práticas de conservação de solo utilizadas no seu lote? • () Não são realizadas práticas; • () Plantio em curva de nível; • () Plantio direto; • () Rotação de culturas; • () Incorporação de leguminosas no solo; • () Cobertura morta do solo; • () Outra, especificar: _____
10. Você teve acesso ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)? () Sim () Não
11. Quais os recursos de investimento ofertado pelo Banco do Nordeste que você teve acesso nos últimos 15 anos?
12. Você tem alguma dívida em algum Banco? () Sim () Não
USO DO TERRITÓRIO E OS RECURSOS FINANCEIROS NA AGRICULTURA FAMILIAR
1. Quantas hectares de terra é utilizada para a produção dos alimentos na Agricultura Familiar?
2. A forma/maneira de praticar a Agricultura Familiar tem causado problemas ambientais no assentamento? () Sim () Não Por que?
3. Atualmente, existe alguma empresa ligada à agricultura inserida dentro do assentamento praticando atividades em contraponto à Agricultura Familiar? () Sim () Não

4. Ao longo dos anos, tem ocorrido algum aumento da área de produtividade da Agricultura Familiar? () Sim () Não
5. Existe algum recurso financeiro por parte do Município de Upanema/RN destinado à intensificação da Agricultura Familiar no assentamento? () Sim () Não
6. Existe alguma disputa territorial dentro do assentamento em relação ao uso dos lotes ou área coletiva? () Sim () Não
7. Quais os recursos financeiros que os agricultores recebem com relação a Agricultura Familiar e de onde vêm?
8. Em algum momento você já arrendou o seu lote para desenvolverem atividades ligadas à Agricultura Familiar ou pecuária? () Sim () Não Por que?
9. Se sim, qual o valor desse arrendamento e o tempo de duração?
SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AGRICULTURA FAMILIAR
1. No assentamento Bom Lugar existe a preservação do meio ambiente na Agricultura Familiar? () Sim () Não
2. Em algum momento você já realizou queimada no seu lote? () Sim () Não Por que?
3. Você busca preservar a natureza na Agricultura Familiar? De que forma? () Sim () Não
4. Você acha importante discutir a preservação do meio ambiente dentro da Agricultura Familiar na atualidade se preocupando com as gerações futuras? () Sim () Não Por que?

5. Como é feito o controle de pragas e doenças na sua plantação no lote? • ☐ Não é realizado controle; • ☐ Através de controle químico; • ☐ Através de controle biológico; • ☐ Outro, especificar: _____
6. Qual o destino final dos resíduos sólidos produzidos na unidade familiar dos agricultores e agricultoras familiares? • ☐ Queima; • ☐ Enterrado; • ☐ Coleta da prefeitura; • ☐ Céu aberto; • ☐ outro. _____
7. Qual o destino final dos resíduos líquidos da unidade familiar dos agricultores e agricultoras? • ☐ Fossa Séptica; • ☐ Na rede de esgoto; • ☐ Reutilizado; • ☐ Céu aberto; • ☐ outro.
CONCEPÇÕES ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR SEGUNDO O ENTENDIMENTO DOS/AS ENTREVISTADOS/AS
1. Você se considera um Agricultor Familiar? ☐ Sim ☐ Não Por que?
2. Qual as contribuições da Agricultura Familiar para a vida dos agricultores e agricultoras no Assentamento?
3. Quais os desafios encontrados na Agricultura Familiar?
4. Você participa de alguma associação ou organização vinculada à Agricultura Familiar? ☐ Sim ☐ Não Por que?
5. Existe alguma assistência técnica auxiliando a produção dos Agricultores Familiares? ☐ Sim ☐ Não
6. Qual a importância da Agricultura Familiar segundo seu entendimento?
7. Você é sindicalizado? ☐ Sim ☐ Não Por que?
8. Em relação à época em que seus pais trabalhavam na agricultura, você considera que o período atual?

• () Melhorou muito, em todos os aspectos; • () Está pior do que antes, nada melhorou; • () Melhorou, em algumas coisas; • () Não se aplica (os pais não eram agricultores).
9. Você tem perspectivas na Agricultura Familiar e vê futuro para a sua família nesta atividade? () Sim () Não () não sabe/não respondeu Justificar:
10. Você gostaria que seus filhos seguissem a profissão de agricultor? () Sim () Não () não sabe/não respondeu Justificar:
11. Caso haja uma piora na renda da agricultura de modo geral nos próximos anos, você pensa em fazer o quê? • () Continuar a fazer o mesmo que atualmente e esperar que a crise passe ou volte ao normal; • () Deixar de trabalhar na agricultura e vender a terra; • () Buscar aperfeiçoamentos tecnológicos para melhorar a produção na propriedade; • () Procurar emprego em alguma atividade não-agrícola, sem vender a terra; • () Não sabe/não respondeu.
12. Qual é o grau de satisfação de você e de sua família em relação Agricultura Familiar (explorar aspectos do trabalho e produção)? () Muito satisfeito () Insatisfeito () Satisfeito () Não sabe/não respondeu

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas
Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo**

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada/o a participar da pesquisa: **AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA BOM LUGAR I: uso do território, desenvolvimento sustentável e convivência com o semiárido**, orientado pelo professor (Dr. José Erimar dos Santos) e de autoria do discente: (Josiel Medeiros de Aquino). Tal pesquisa faz parte das atividades realizadas na disciplina de TCC II no Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo e tem como objetivo geral: *Realizar um diagnóstico da Agricultura Familiar no Assentamento de Reforma Agrária Bom Lugar I, identificando os desafios e possibilidades dos agricultores nessa atividade e as relações com o Desenvolvimento Sustentável e a Convivência com o Semiárido*, e como objetivos específicos: *Conhecer as principais atividades produtivas realizadas pelos agricultores e agricultoras do Assentamento Bom Lugar I na agricultura familiar; Compreender as práticas de convivência com o semiárido presentes na agricultura familiar; Analisar como é realizado o uso do território e os recursos financeiros que os agricultores e agricultoras utilizam na agricultura familiar para garantir sua convivência com o semiárido; Avaliar a sustentabilidade da agricultura familiar produzida no Assentamento, identificando as possibilidades e desafios relativos ao desenvolvimento sustentável na produção familiar.*

Essa pesquisa segue as recomendações de todos os preceitos éticos no campo da pesquisa, de acordo com a resolução 510.2016 do CNS sobre o desenvolvimento de pesquisas nas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguramos que, caso seja esta sua opção, seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo de informações que não permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, por meio de entrevista, ficarão sob a guarda dos/as pesquisadoras responsáveis pela pesquisa. Você ficará com uma cópia deste Termo e se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, pode nos contatar através dos e-mails (jose.erimar@ufersa.edu.br e josielbass01@hotmail.com.br).

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que compreendi o explicitado acima e concordo em participar voluntariamente da pesquisa: **AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA BOM LUGAR I: uso do território, desenvolvimento sustentável e convivência com o semiárido.**

Assinatura do (a) Participante da Pesquisa

Discente Pesquisador

Professor Responsável

Mossoró/RN, ____/____/____